



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

RAYANNE RACHEL GOMES FARIAS

QUESTÃO URBANA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise sobre as rugosidades frente ao processo de requalificação urbana do bairro do Catolé (Campina Grande – PB).

**CAMPINA GRANDE-PB
2014**

RAYANNE RACHEL GOMES FARIAS

QUESTÃO URBANA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise sobre as rugosidades frente ao processo de requalificação urbana do bairro do Catolé (Campina Grande – PB).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Jackeline Feitosa Carvalho

CAMPINA GRANDE-PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F224q Farias, Rayanne Rachel Gomes

Questão urbana e serviço social [manuscrito] : uma análise sobre as rugosidades frente ao processo de requalificação urbana do bairro do Catolé (Campina Grande - PB) / Rayanne Rachel Gomes Farias. - 2014.

83 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais".

1. Questão urbana. 2. Rugosidades. 3. Requalificação Urbana. 4. Serviço social. I. Título.

21. ed. CDD 361.1

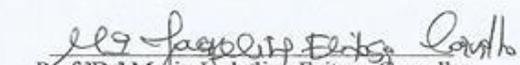
RAYANNE RACHEL GOMES FARIAS

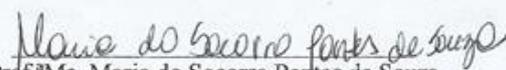
QUESTÃO URBANA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise sobre as rugosidades frente ao processo de requalificação urbana do bairro do Catolé (Campina Grande – PB).

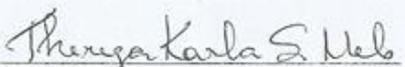
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Aprovada em: 30/07/2014.

NOTA: 9,5


Prof.ª Dr.ª Maria Jackeline Feitosa Carvalho
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais/UEPB
Orientadora


Prof.ª Ma. Maria do Socorro Portes de Souza
Departamento de Serviço Social /UEPB
Examinadora 1


Prof.ª Ma. Thereza Karla de Sousa Melo
Departamento de Serviço Social /UEPB
Examinadora 2

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por ter me concedido em sua infinita graça realizar mais um passo da caminhada, por me amar incondicionalmente, por ser meu amigo, confidente, mestre, e por sempre me guiar por caminhos conforme a sua vontade que é boa perfeita e agradável. Sem Ele nada seria possível.

Aos meus pais Francicleide Gomes Farias e Valfrido Simão de Farias pessoas de valores inestimáveis, fortes, lindos, exemplos para mim. Aos meus avós Adélia Rodrigues Gomes, José Marcelino Gomes (*In Memoriam*), Maria Alves de Farias e Sebastião Simão de Farias, dos quais eu me espelho e orgulho. A meu irmão Alysson Thiago Gomes Farias. Aos meus familiares e amigos presentes na hora da angústia e da alegria e aos meus mestres.

AGRADECIMENTOS

É chegado o fim de mais um ciclo, esse repleto de alegrias, tristezas, vitórias, derrotas, dúvidas, descobertas, ilusões, amizades, enfim de vida. Nesse momento lembro-me do dia 04 de janeiro de 2010, em que eu, inesperadamente, recebi a notícia da minha aprovação no vestibular da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB para o curso de Serviço Social. Contudo o que mais ficou marcado não foi minha realização pessoal de ter conseguido alcançar essa vitória, mas a comemoração dos meus familiares e amigos ao receber a notícia, confesso que ficaram mais emocionados do que eu, em especial meus pais. Acredito que a imensa emoção deles foi fruto do sentimento de mais uma etapa cumprida da árdua missão de encaminhar um filho para ser alguém na vida, que possa obter mais oportunidades, que deixe de ser coadjuvante e passe a ser protagonista de sua história.

Dessa forma envolvida nesse misto de emoções e lembranças eu quero agradecer as pessoas sem as quais eu não conseguiria ter chegado a esse momento tão especial.

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me dado a vida, família e amigos. Por ter acreditado em mim, quando ninguém, nem eu mesmo acreditava que seria capaz. Por me dar todas as oportunidades na vida, por ter me sustentado em seus braços quando não tinha mais forças para continuar, enfim agradecer “(...) por tudo o que tens feito, por tudo que vais fazer, por tuas promessas e tudo que és eu quero te agradecer com todo meu ser (...)”. Agradeço também por me trazer a memória aquilo que me dá esperança, pelas diversas experiências de falar comigo através da sua palavra e por me fazer entendê-la. Dentre as muitas respostas dadas as minhas inquietações quero trazer uma que ficou marcada em minha vida: “Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar.” Josué 1:9.

Quero agradecer também aos meus pais por ter aceitado a missão de trazer ao mundo e cuidar de um ser dado por Deus, missão difícil por envolver vários determinantes: transformações física, emocional, financeira, social. Agradecer pelas noites passadas em claro por motivo de doença e no meu caso por causa de fome. Obrigada por sempre me ensinar a ser uma pessoa de caráter, bondosa, ética, responsável e acima de tudo temente a Deus. Obrigada por nunca terem poupado esforços para que eu alcançasse meus objetivos, sem que os limites fossem ultrapassados. Obrigada por terem recebido e amado o presente inesperado de Deus.

Aos meus familiares e amigos estendo os meus sinceros agradecimentos por preencherem minha vida de experiências inenarráveis, momentos únicos e especiais que pela

sua plenitude não caberiam nesse papel. Mesmo que tenhamos seguido caminhos diferentes, que tenhamos nos distanciado, sempre levarei vocês por toda minha vida.

Quero agradecer em especial a minhas amigas Jayne, Lourayne, Patricia, Magliana, Marne, Luciana e Eliane por terem preenchido minhas manhãs de constante troca de conhecimento, de amizade, companheirismo, aflições, incentivos e alegrias. Vou levar vocês pra sempre em meu coração.

Gostaria de agradecer aos meus professores desde o maternal à conclusão da minha graduação, por terem contribuído para o meu crescimento profissional e pessoal. Em especial quero agradecer à Rosa Maria (nega rosa) por ter me ensinado a ler e por ter continuado a torcer por mim e fazer parte da minha história, não sendo apenas minha professorinha, mas tornando-se minha amiga. À Jackeline por ter acreditado no meu potencial enquanto graduanda, mesmo sem me conhecer. Por me auxiliar a expandir meus horizontes, por ter me apresentado ao GEUR (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Urbano) grupo de suma importância para as reflexões do urbano, que resultaram nesse trabalho de conclusão de curso. Agradeço não só pela sua influência acadêmica, mas por me ensinar através de suas ações a acreditar que mesmo em meio à vaidade das titulações acadêmicas ainda existem pessoas que mantêm os seus princípios e essência. Assim como Socorro e Thereza pessoas que também não se desvincularam de sua essência, da humildade e humanidade. Aos que não citei não implica dizer que perderam as qualidades acima citadas, apenas escolhi as mesmas como exemplos de professores dos quais acredito que o mundo precise. Enfim agradeço a todos que fizeram, fazem e espero que continuem fazer parte da minha história.

Também gostaria de agradecer a disponibilidade dos moradores do bairro do Catolé que participaram da construção da pesquisa norteadora desse trabalho.

Gostaria de agradecer ao GEUR, a todos os funcionários da UEPB, assim como aos cidadãos da Paraíba que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização do meu sonho.

OBRIGADA!

Os pobres estão em toda parte. Por toda parte, a indigência avança e insere-se, com toda sua monstruosidade, no coração de uma grande e florescente cidade. Nos milhares de becos e vielas de uma populosa metrópole sempre haverá – dói dizê-lo – muita miséria que fere o olhar e muita que nunca será vista (...). Que todos reflitam: na área mais luxuosa da cidade mais rica do mundo, noite a noite, inverno a inverno, vivem mulheres, jovens em idade e envelhecidas pelos pecados e pelo sofrimento, expulsas da sociedade, atoladas na fome, na doença e na sujeira. Que todos reflitam e compreendam, não para construir teorias, mas para agir. Sabe Deus que atualmente há muito que fazer ali! (THE TIMES apud ENGELS, 2010, pp. 75-76).

“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus estará com você por onde você andar.” (Josué 1: 9).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal analisar as rugosidades presentes no bairro do Catolé e como estas se contrapõem ao processo de requalificação urbana do bairro. Para tanto enquanto objetivos específicos analisamos o perfil socioeconômico dos moradores de vila do Catolé, a escolha pelo bairro e a leitura de suas características e a percepção dos moradores frente ao processo de requalificação urbana do bairro. Como opção metodológica o presente estudo seguiu o percurso do projeto de iniciação científica, intitulado “O processo de requalificação urbana do bairro do Catolé (Campina Grande-PB): uma imagem revisitada”, o qual teve por objetivo analisar o processo de requalificação urbana ocorrida no bairro, que ocorreram acentuadamente a partir dos anos 1990. Dessa forma a pesquisa constitui-se do tipo pesquisa analítico-descritiva de natureza qualitativa. A ação investigativa incluiu três tipos de pesquisa, desenvolvidas em etapas simultâneas, a saber: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e a pesquisa de campo. Utilizamos a análise do diário de campo e a entrevista semiestruturada e a observação participante como instrumentos da pesquisa. Em paralelo às entrevistas, realizamos o registro iconográfico da área pela captura fotográfica que nos possibilitou uma leitura do Catolé, de forma a avaliar as diferenças socioespaciais existente no bairro. A amostra foi composta por seis moradores de vilas de quartos do Catolé. A partir dos dados coletados foi possível constatar que o bairro partilha num mesmo espaço vivências contraditórias, visto que mesmo com o crescimento econômico e espacial do Catolé ainda são notórias formas inerentes à sua origem, a exemplo da persistência de vilas de quartos, percebida por nós como símbolos evidentes da questão urbana do bairro.

Palavras-chave: Questão Urbana. Rugosidades. Requalificação Urbana.

ABSTRACT

This work has the main objective analyze of the roughness present in Catolé and how these are opposed to the process of urban renewal in the neighborhood. For this, while specific goals we analyzed the socioeconomic profile of the residents of the Village Catolé, the choice through, the neighborhood and the reading their attributes, and the perception of residents across the urban requalification of the neighborhood process. As methodological option this study followed the route of the Scientific Initiation Project titled "The process of urban renewal of Catolé neighborhood (Campina Grande-PB): one image revisited" which aimed to analyze the process of urban renewal that occurred in the neighborhood, which were markedly from 1990s. In this way the study was composed of the type of research analytical-descriptive of qualitative nature. The investigative actions include three types of research, in simultaneous stages, namely: bibliographic research, documental research and field research. We are using the analysis of the field diary, the semi structured interview and the participant observation as techniques. Parallel to the interviews, we conducted the iconographic record of the area by the photographic capture which allowed us a reading of Catolé in order to assess the existing socio-spatial differences in the neighborhood. The sample was composed for six residents of the villages of Catolé rooms. From the collected data it was found that the neighborhood sharing contradictory experiences in the same space, seen that even with the economic and spatial growth of Catolé are still notorious forms inherent in its origin, taking for example the persistence of villages room, perceived by us as obvious symbols of urban problems in the neighborhood.

Keywords: Urban Issues. Roughness. Urban requalification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Vila da Coréia	80
Figura 02 -Vila Ariús	80
Figura 03 - Vila Coremas	80
Figura 04 - Pedreira	81
Figura 05 - Shpping Luiza Motta	53
Figura 06- Shpping Iguatemi.....	54
Figura 07 – Área de Lazer	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Sexo.....	55
Gráfico 02 - Faixa Etária	56
Gráfico 03 - Profissão.....	56
Gráfico 04 - Renda Familiar	57
Gráfico 05 - Situação Fundiária do Imóvel	57
Gráfico 06- Padrão construtivo do Imóvel	58
Gráfico 07-Número de Cômodos por Imóvel.....	58
Gráfico 08 - Número de pessoas por Imóvel.....	59
Gráfico 09 - Condições sanitárias.....	60

LISTA DE SIGLAS

CBD – Central Business District

CRFB88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CURA - Complementação Urbana de Recuperação Acelerada

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas

OMS – Organização Mundial de Saúde

PMCG – Prefeitura Municipal de Campina Grande

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

SESC - Serviço Social do Comércio

TCC –Trabalho de Conclusão de Curso

GEUR – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Urbano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES.....	18
1.1 A cidade.....	18
1.2 Os processos de transformações na cidade e as desigualdades sociourbanísticas.....	24
1.3 O processo de requalificação urbana e a segregação sociourbanísticas	27
2 AS MARCAS DO TEMPO NA CIDADE: A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS FENÔMENOS URBANOS	32
2.1 Rugosidades e a Cidade Contemporânea	35
2.2 Questão Urbana e Serviço Social	38
2.2.1 Questão Urbana	38
2.2.2 A Política Urbana frente ao neoliberalismo	41
2.2.3 A importância do Assistente Social frente aos fenômenos urbanos.....	46
3 QUESTÃO URBANA: UMA ANÁLISE DAS RUGOSIDADES FRENTE AO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO DO CATOLÉ (CAMPINA GRANDE – PB).....	49
3.1 Notas introdutórias sobre a questão urbana de Campina Grande – PB.....	49
3.2 O processo de requalificação urbana do Catolé.....	51
3.3 O perfil socioeconômico.....	54
3.4 A Leitura dos moradores: o Catolé em seus atributos	62
3.4.1 A percepção dos moradores frente ao processo de requalificação urbana do bairro do Catolé.....	69
APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....	73
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	80

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui a possibilidade de aprofundamento de uma temática que se debruçou para nós a partir da nossa inserção em pesquisa de iniciação científica intitulada “O processo de requalificação urbana do bairro do Catolé (Campina Grande-PB): uma imagem revisitada”¹. O projeto de PIBIC teve por objetivo analisar o processo de requalificação urbana ocorrida no bairro, que ocorreramacentuadamente a partir dos anos 1990. A pesquisa buscou discutir (novas) formas de habitar presentes no Catolé e sua associação com o consumo do espaço, de modo a perceber leituras sobre o bairro e as imagens interpeladas pelas transformações que impactaram o seu tecido urbano.

Em uma correlação com a pesquisa inicial, o referido trabalho tem como objetivo geral, analisar as rugosidades presentes no Catolé e como estas se contrapõem ao processo de requalificação urbana do bairro. As rugosidades são elementos do passado que se cristalizam através de formas espaciais das quais são condutoras de memórias e histórias, ou seja, são heranças físicas-sociais que foram sobrepostas por um novo modo de organização socioeconômica com novas funções econômicas, sociais, culturais do lugar. Enquanto objetivos específicos, analisamos o perfil socioeconômico dos moradores de vilas do Catolé, a escolha pelo bairro e a leitura de seus atributos, e a percepção dos moradores frente ao processo de requalificação urbana do bairro.

Levantamos assim como problemática as seguintes questões: Como explicar a sobrevivência de espaços ainda precários em termos da infraestrutura em meio aos espaços mais nobres do Catolé? Qual a leitura realizada pelos moradores de baixa renda que insistem em resistir no Catolé?

Outro percurso relevante à definição da problemática foi nossa incursão no GEUR² (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano/UEPB/DFCS/DG), que, assim como a pesquisa de iniciação científica, nos possibilitou(re)pensar a cidade apreendendo-a nos seus diversos âmbitos, sendo a mesma um espaço de construções materiais e de relações sociais marcadas pelos conflitos de classes.

¹ Realizada com o apoio do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB (cota Af / 2011-2012).

² Grupo que “(...) tem por objetivo investigar as novas bases das dinâmicas que orientam a ocupação do espaço urbano, analisadas agora a partir das práticas que reestruturam as territorialidades urbanas e fazem urgir novas centralidades caracterizadas pela fragmentação, segregação espacial, encolhimento do público e alargamento do espaço privado (...)”. A esse respeito cf. Diretórios de Pesquisa CNPq- link GEUR: <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/fontes/detalhegrupo.jsp?grupo=4319702FPW6IRY#identificacao>.

O referido trabalho também torna-se importante pelo fato de ser uma discussão ainda incipiente no âmbito do Serviço Social, visto que, localmente, ainda são poucas as contribuições que relacionam o Serviço Social com a temática da Questão Urbana, percebida enquanto uma das expressões da Questão Social³. Desta forma a aproximação com a temática urbana possibilita ao Serviço Social, uma maior apreensão das expressões concretas da Questão Social e a ampliação do debate sobre o direito à cidade o qual garante o acesso de todos aos bens produzidos e aos direitos conquistados pela luta da classe trabalhadora.

Em caráter correlato com essa discussão é importante situar que o Assistente Social enquanto profissional, atua no âmbito da reprodução das relações sociais, ou seja, no cotidiano marcado pelas expressões concretas da Questão Social, e pelas suas dimensões em especial a questão urbana, caracterizada pela destituição do direito à cidade. Dessa forma, há, portanto uma relação direta com a classe trabalhadora e seu modo de viver, o que permite ao profissional uma melhor apreensão das formas de desvelar e compreender a realidade de forma crítica, tendo em vista que o cotidiano não se reduz ao aparente, mas o perpassa.

Desse modo consideramos importante a análise do que está posto no âmbito da reprodução social, ao passo que somos conscientes de que as manifestações conjunturais estão intimamente ligadas à produção econômica, considerada a estrutura do capitalismo.

Por manifestar formas e aspectos do passado, as rugosidades são consideradas portadoras de memória histórica, a qual nos possibilita maiores oportunidades de conhecimento da constituição socioeconômica do mundo. Assim, as transformações societárias vão ocorrer conforme cada época histórica, na qual trará no espaço marcas do passado que trazem informações das realizações ocorridas. É nesse sentido que podemos identificar a coexistência de diversos modos de produção, no qual o atual se sobrepõe ao antigo modo de produção sem excluí-lo, ou seja, as formas do primeiro recebem uma nova roupagem funcional ao segundo.

Considerando a necessidade de adequação da natureza ao homem, o espaço é submetido a constantes transformações. O ser humano modifica a natureza, no intuito de responder as suas necessidades, nesse processo o indivíduo acaba por transformar a si mesmo, ação decorrente do trabalho, categoria fundante do ser social. É por meio do trabalho que o homem desenvolve suas aptidões objetivas e subjetivas para sobreviver. Nesse sentido o

³Pensada enquanto: “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2011, p.27).

espaço geográfico, e conseqüentemente, as sociedades estão em constante modificação, esta composta pela ação do homem, da produção e do tempo.

As transformações não se limitam ao espaço da produção, sendo necessárias, modificações também no espaço da reprodução social. Sendo assim há um investimento incessante de estratégias de continuidade do modo de produção capitalista. Dentre essas estratégias na reprodução social estão às modificações socioespaciais que corroboram para a adequação do espaço às necessidades do capital, a exemplo do processo de requalificação urbana. Há, portanto um conjunto de intervenções públicas e privadas, que visa modernizar, dar novas qualidades, regenerar o tecido físico e social da cidade.

Como opção metodológica o presente estudo seguiu o percurso do projeto de iniciação científica o qual se norteou pela pesquisa analítico-descritiva de natureza qualitativa⁴, por nos possibilitar uma análise mais contundente da realidade, visto que não se resume a operacionalização de variáveis, mas analisa em profundidade as relações e fenômenos sociais. A ação investigativa incluiu três tipos de pesquisa, desenvolvidas em etapas simultâneas, a saber: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica é de suma importância tendo em vista a oferta de fundamentação teórica para a elaboração do trabalho, pois permite ao pesquisador um conhecimento amplo do tema que se propôs a investigar sem necessariamente ter o contato direto com o fenômeno. A pesquisa trabalhou as seguintes categorias: Cidade, Rugosidade, Questão Urbana, Serviço Social e Requalificação Urbana. Na pesquisa documental utilizamos a linguagem visual por meio da captura de imagens do bairro do Catolé com o objetivo de apreender as diferenças socioespaciais.

A terceira pesquisa utilizada foi a de campo, compreendida como a coleta de dados junto aos sujeitos da pesquisa através de diferentes tipos de instrumentos: o diário de campo, a observação participante e a entrevista, (vide Apêndice B). Para análise de dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo, por ser capaz de captar os significados de conflitos, interesses e significados presentes no Catolé pela incorporação de determinadas vozes.

Em prosseguimento ao trabalho de campo foram realizadas as entrevistas com os moradores das vilas do bairro, ao total de seis (06), constituídos enquanto sujeitos na pesquisa, destacamos a fácil penetração que nos foi possível chegar até os moradores das vilas, de modo a enriquecer o trabalho de campo, visto as suas disponibilidades em falar e, prontamente, nos receber em suas residências. Considerando o universo a ser pesquisado

⁴A esse respeito cf.: Minayo *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32.

definimos como critérios de amostra as seguintes vilas de quartos: Padre Nobre (Vila da Coréia - Figura 1), vila Ariús (Figura 2), vila Coremas (Figura 3), e as ruas João Benoni de Andrade (Pedreira - Figura 4) e Ariús. A escolha por essas vilas ocorreu por estarem localizadas numa área a qual consideramos mais segregada do bairro, visto que as referidas vilas são solapadas pelas principais vias de trânsito e comércio do bairro.

O processo investigativo do referido trabalho compreendeu os meses de outubro a dezembro de 2013, cabe ressaltar que este período é extensivo apenas ao período de coleta de dados para o TCC, pois já conhecíamos a área pesquisada tendo em vista que a mesma foi o local de investigação quando na iniciação científica, a qual durou dois anos.

Desse modo, o referido trabalho está organizado em três capítulos: no *primeiro* abordamos o conceito, a origem histórica e os processos de transformações na cidade. Discutimos assim o direcionamento dado ao tecido urbano frente ao processo de reestruturação produtiva, no qual utilizaram estratégias para o fortalecimento e continuidade do capitalismo, o que ocasionou um crescimento preponderante das desigualdades socioeconômicas.

No *segundo capítulo* trabalhamos o conceito de rugosidades, de que forma ela se constituiu e permanece na contemporaneidade, através da relação do trabalho e do tempo. Delineamos algumas pistas sobre a questão urbana, sobre os impasses do neoliberalismo à Política Urbana. Trabalhamos também a importância do Assistente Social frente aos fenômenos urbanos, presentes no âmbito da reprodução social, mas que encontram-se vinculados à Questão Social, considerando que as dimensões social, econômica, cultural, ideológica e política são partes constituintes de uma totalidade complexa.

No *terceiro capítulo* trouxemos algumas pistas da questão urbana de Campina Grande. Situamos o processo de requalificação do bairro do Catolé. Traçamos o perfil socioeconômico dos sujeitos entrevistados. Em seguida analisamos a história dos moradores do bairro com destaque para os seguintes aspectos: o tempo que residem neste local; a escolha pelo bairro; leitura dos atributos desse lugar e, por último, a percepção dos mesmos frente ao processo de requalificação urbana do Catolé.

1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES

O presente capítulo tem o objetivo de discutir o conceito de cidade no tocante a sua gênese e transformação. Considerando a complexidade do tema, traremos apenas uma aproximação do que é a cidade. Durante a sua jornada a cidade não tem as mesmas características, moldando-se a cada período histórico, dado os determinantes sócios, políticos e econômicos. Isso posto, prossigamos para as definições.

1.1 A cidade:

Historicamente podemos situar que as primeiras cidades surgem no período da Revolução Agrícola, ocorrida na Idade da Pedra Polida, quando se inicia a prática da agricultura, que irá representar uma mudança radical na sociedade, pois começaram a surgir os assentamentos sedentários que resultaram posteriormente nas cidades.

O aparecimento e proliferação das cidades ocorreram devido a inovações técnicas, ligadas à agricultura, como também à mudanças culturais e políticas, mediante a nova configuração do modo de viver, visto que antes os indivíduos viviam como nômades passando a viver em locais fixos, assim como pela relação direta com formas de poder centralizadoras e hierárquicas representadas pelos monarcas e pelo exército, que, válidos do seu poder de dominação forçavam os agricultores a produzir cada vez mais, gerando assim mais excedente alimentar que proporcionava a desvinculação de alguns indivíduos da agricultura, permitindo que houvesse diversificação de atividades como a guerra e os serviços religiosos. A cidade foi sendo constituída como espaço de concentração dos grupos e classes que não possuíam ligação direta com as atividades agrícolas.

A cidade, segundo Souza (2008), não é apenas caracterizada pela centralidade econômica, mas também pela cultura existente no local, pois,

(...) a cidade é um centro de gestão de território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político (...) uma cidade é um local onde as pessoas só organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos formando grupos e afinidades e de interesse (...). (SOUZA, 2008. p. 28).

A cidade é diversificada, depende do seu tamanho demográfico, do número de habitantes, da renda das pessoas, de fatores histórico-culturais, da sofisticação dos bens e serviços e da centralidade econômica, oferece serviços e área de comércio.

Desse modo, para Souza (2008), o entender de uma cidade não está posto mediante os limites territoriais, esse seria um jeito cômodo de definir rural e urbano, o entender de uma cidade é um problema qualitativo e não quantitativo, no sentido de que a definição de cidade não está no número de habitantes, mas na diversificação de mercado, na qualidade dos serviços ofertados, das relações sociais.

A cidade é marcada por diversas transformações que alcançaram maior proporção concomitantemente ao surgimento do capitalismo, o qual imprime novas demandas e realizações. Desta forma, o desenvolvimento da indústria no século XVIII trouxe a cidade algumas mudanças decorrentes da introdução de máquinas como: a mudança no modo de produção; antes marcado por trabalho artesanal agora industrial; o descobrimento de novas matérias primas (ferro, carvão); o aumento da produção e da demanda o que ocasionou a construção de pontes; a utilização do carvão como combustível das máquinas e trens; para proporcionar maior eficiência à distribuição de mercadorias, a necessidade de mão de obra; o que influenciou o êxodo rural. Desta forma, o capitalismo proporcionou a cidade um crescimento econômico e populacional.

A cidade não pode ser pensada isoladamente, com o crescimento econômico e populacional. As cidades se relacionam entre si passando por inúmeras transformações, dentre elas está o processo de conurbação, quando um município ultrapassa seus limites por causa do crescimento e com isso encontra-se com os municípios vizinhos de forma física, ligando os tecidos urbanos.

Resultante da relação cada vez mais próxima das cidades, a aglomeração urbana é composta por duas ou mais cidades médias e pequenas. O destacar de uma delas resulta numa metrópole, que, segundo Souza (2008), é “um ‘minissistema urbano’ em escala local”. A explicação para o reconhecimento de diversas áreas como metropolitanas está relacionado ao âmbito econômico e ao status. A união de duas ou mais regiões metropolitanas ocasiona uma megalópole:

(...)espécie de “sistema urbano” fortemente integrado, inclusive por fluxos de deslocamento diário de passageiros na base de transportes coletivos de massa. Só que diferentemente das metrópoles, as megalópoles não são, do ponto de vista físico, entidades locais; elas se espraiam por áreas muito maiores, em escala regional ou pelo menos, sub-regional. (SOUZA, 2008, p. 36).

Para se estabelecer uma megalópole é necessário não só a influência econômica mais a eficaz prestação de serviços, em especial o de transporte. Cabe mencionar que a cidade obteve essas características globais com o transcorrer do tempo, mas em sua emergência elas eram diferentes.

No Brasil, segundo Freyre (2003), a cidade começou a surgir na segunda metade do século XIX, quando as características rurais começaram a ser sobrepostas pela inserção da cultura europeia, norteadas pela importância à formação familiar, o que destoava da vida dos solteiros que não tinham ponto fixo e viviam como andarilhos e pelo crescimento da industrialização no País.

As cidades cresceram paulatinamente ao crescimento do cultivo da cana de açúcar e do extrativismo vegetal, quando foi possível o desbravar de territórios e a fixação de pessoas. Mas esse crescimento ainda era tímido até a ascensão do cultivo de café, processo pelo qual o engenho perde aos poucos credibilidade passando a ser a cidade o lócus mais atrativo, ganhando grande importância após a vinda da família real para o Brasil, o que exigiu reformulações no modo de viver a cidade.

No período Colonial as ruas eram tortuosas, simples, os prédios eram modestos, não existia integração social dinâmica. Porém, no século XIX, algumas transformações modificaram essas características, os prédios públicos substituíram os edifícios religiosos do século passado, houve mais mobilidade social (crescimento do número de passeios, etc.), ocorreu também uma higienização das vias públicas, que se tornaram mais amplas. Até meados do século XX a rua era usada de forma tímida, era uma extensão do lar, lugar de contato entre vizinhos e de trânsito:

A rua era tímida. Não só porque era nela que os inimigos da ordem (daquela ordem) se manifestava e por ela introduziam a política no imaginário do espaço. A rua viabilizava potencialmente o rompimento de todas as barreiras e interdições da ordem estamental. A rua era politicamente promíscua. Por isso era temida. Na escuridão da noite era também o lugar do afrouxamento dos mecanismos de controle social, de risco para moralidade familiar, sobretudo, lugar de manifestação da outra face da dupla moral na ação do “Capa preta”. Na rua, os mecanismos de controle da palavra e da opinião eram menos eficazes. Era nela que se manifestavam os graves riscos políticos do mexerico e do falatório. (...). (MARTINS apud MAIA, 2006, p. 161).

Esse processo foi modificado a partir de meados do século XX, a rua antes caracterizada por moradias simples, com a crescente industrialização, dá lugar a centros industriais, de grande infraestrutura reservada às camadas de médio e alto poder aquisitivo e

as áreas periféricas desprovidas de serviços urbanos são reservadas à camada mais baixa. Vemos aqui os primeiros indícios do caráter segregador e excludente do Poder Público aliado ao capital. Desta forma, a rua moderna deixa de ser simples e passa a servir de palco para ostentação de luxo e poder, através dos desfiles oficiais e de automóveis. Como também passa a ser utilizada para espetáculos nas cidades, onde a população invade as ruas de forma massiva.

A crescente industrialização reformulou, portanto, a morfologia das cidades e do País, visto que podemos observar um crescente número de cidades concomitante ao crescimento da industrialização.

Desse modo, no Brasil surgiram milhares de cidades que estão conectadas direta (através dos meios de comunicação e transporte, onde é permitido fluxos de informação, bens e pessoas) e indiretamente (por meio de outra cidade). Essa conexão é denominada por rede urbana, constituída pelo fluxo político-econômico entre as cidades. A rede urbana é um fenômeno mundial, considerando a conjuntura da globalização em que vivemos, no qual:

(...) as cidades de um país estão, direta ou indiretamente, ligadas às cidades de outros países. Os bens que são consumidos, ou as informações trocadas entre empresas, o dinheiro enviado por emigrantes e os lucros remetidos por filiais de empresas multinacionais (...) (SOUZA, 2008, p.50).

O que nos permite afirmar que as cidades estão ligadas entre si política, cultural e economicamente. Porém, podem ser divididas em diferentes escalas (Regional, Nacional e Mundial) para fins de análise. A rede urbana está associada aos mecanismos de exploração econômica e de poder, é na rede urbana que é exercida a gestão de território e distribuída em núcleos urbanos de diversos tamanhos. Os núcleos urbanos desempenham dois papéis importantíssimos, são eles: o de teatro de acumulação, no qual as cidades exercem várias funções econômicas inerentes ao processo de produção tais como: função de extração e captação do excedente alimentar, função de drenagem da renda fundiária e função de acumulação propriamente de capital. Outro papel dos núcleos urbanos é o de centros de difusão, onde há a disseminação dos bens produzidos e das ideias próprias ao urbano.(SOUZA, 2008).

Ainda se tratando de rede urbana, as cidades são agrupadas em categorias específicas considerando sua centralidade. Sendo classificadas desde o centro de zona, passando pelo centro sub-regional, pela capital regional, pelo centro submetropolitano, pela metrópole

regional até chegar à metrópole nacional⁵. Podendo alcançar patamar maior quando tratado em cidades globais.

A hierarquia da rede urbana é resultante da centralidade – “capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos das cidades” (SOUZA, 2008, p.57). Considerando que a rede urbana é uma rede de cidades conectadas e sendo as mesmas distintas e complexas, é necessário analisarmos a organização interna, das cidades à qual é:

(...) a chave para chegarmos aos processos sociais que animam o núcleo urbano e que estão envolvidos na dinâmica da produção do espaço, e que é ao mesmo tempo, uma chave privilegiada para observarmos e decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social. (SOUZA, 2008, p.63).

Desse modo as cidades apresentam diferentes tipos de espaço, considerando sua atividade predominante. Podemos encontrar áreas que oferecem comércios e serviços, são as chamadas *localidades centrais intraurbanas*. Quanto aos espaços de comércio e serviços eles são diversificados, há cidades em que eles se concentram no centro, na sua maioria ligada ao centro histórico – fonte simbólica do emergir da cidade.

Nas grandes cidades temos o desenvolvimento das áreas centrais alcançando dimensões modernas, passando a ser chamadas de CBD (Central Business District). Porém mesmo com a sua ampliação e qualificação, o CBD torna-se insuficiente para atender as necessidades dos moradores das grandes cidades, é necessário, portanto, mecanismos auxiliares, os subcentros que costumemente absorvem a importância do CBD, fragilizando-o, visto que:

É um fenômeno comum nos núcleos metropolitanos brasileiros uma perda de prestígio, ou mesmo uma visível decadência do CBD; o comércio mais chique e os serviços mais refinados, que antes lá se encontravam concentrados, tendem a deixá-lo em troca dos outros locais, buscando uma maior proximidade com os consumidores de alto poder aquisitivo. (SOUZA, 2008, p.65).

Esse fenômeno teve suas origens na década de 1960, quando o Brasil passava por um momento de modernização nortado pelo planejamento urbano racionalista apoiado no processo de urbanização capitalista, com o objetivo de alcançar a modernização pautada nos ideais de higiene, de acesso da inovação tecnológica, pela ruptura com os aspectos do passado, de embelezamento, de progresso. Cabe mencionar que, no objetivo de alcançar a

⁵A esse respeito cf.: SOUSA, 2008, p.55.

modernização o tecido urbano é marcado por dois vieses “(...) o de *gentrificação*, onde a população antiga é expulsa para abrigar outro espaço construído (...). Outro viés é o processo de higienização, dada pela remoção tanto das pessoas quanto das construções indesejadas.” (CARVALHO; FARIAS 2013, p. 7).

O processo de fragilização do CBD tomou maior proporção na década de 1980 com o shopping center, considerado por Souza como “(...) símbolo de descentralização das atividades terciárias.” (2008, p.65) . Podendo ser considerado, como um espaço segregador, tendo em vista que para tornar-se partícipe direto desse espaço são considerados diversos fatores, dentre eles os mais preponderantes são o econômico e o étnico. Desse modo:

(...) diferenças econômicas, de poder, de status etc. entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinado ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver (...). (SOUZA, 2008, p 67).

Sendo assim, tal como os centros de comércio, as residências também começam a ser diferenciadas sob o ângulo socioeconômico e a renda como o principal fator variável. Isso faz com que ocorra um processo ininterrupto de fragmentação da cidade e do próprio espaço urbano através do fenômeno da segregação, principalmente a *segregação residencial*, processo comum na história da urbanização:

Quase sempre existiram grupos que, devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infra-estrutura(sic), mais insalubres etc.), sendo, na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços, reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade. A *segregação (residencial) induzida* pode ser observada em cidades desde a Antiguidade. (SOUZA, 2008, p.68, grifo do autor).

Podemos ainda afirmar que ainda são comuns duas ramificações da segregação: a *induzida*, quando lhe é imposto o local onde vai viver, e a *autossegregação*, ao contrário da induzida lhe é possibilitado o direito de escolha:

(...) os pobres são induzidos, por seu baixo poder aquisitivo, a residirem em locais afastados do CBD e das eventuais amenidades naturais e/ou desprezados pelos moradores mais abastados (...) no caso da auto-segregação (sic) são as pessoas que fazem a opção de se afastar ou apartar o mais possível da cidade. Esta é vista como barulhenta congestionada e, por isso desagradável. E como também é sinônimo de pobreza pelas ruas, de assalto, etc., é vista como mais do que desagradável: é vista como *ameaçadora* (SOUZA, 2008, pp.69-70, grifo do autor).

É de suma importância, portanto analisar o contexto histórico de formação da cidade, para podermos apreender os processos mutatórios da mesma, conforme trabalharemos na seção a seguir.

1.2 Os processos de transformações na cidade e as desigualdades sociourbanísticas:

A cidade possui uma estrutura complexa, a qual sofre diversas modificações, e impactos socioespaciais que podem ser explicados por transformações políticas e econômicas. Segundo Lago (2000), as transformações na esfera econômica, decorridas da crise do regime de produção fordista, rebatem significativamente no âmbito da reprodução social, acentuando as desigualdades sociais.

O regime de produção fordista era caracterizado pela rigidez, pela produção e consumo em massa, pela produção homogeneizada e verticalizada. (ANTUNES, 2001). Esse regime surgiu após a Segunda Guerra Mundial, em resposta à crise de 1929, mas, para que o capitalismo saísse da crise, eram necessárias mudanças não só no âmbito da produção, como também da reprodução, para tanto firmou-se um pacto entre o fordismo e o keynesianismo, o qual propunha uma forte intervenção do Estado na economia e na regulação social através do reconhecimento de direitos sociais, resultando no sistema de proteção social Welfare State. Esse período foi denominado de “anos dourados” (1950 a 1970), devido ao acelerado crescimento econômico, as altas taxas de lucros, e a ampliação da intervenção do Estado.

Porém, na década de 1970, o pacto fordismo-keynesianismo entrou em crise devido a alguns fatores dentre eles os mais evidentes foram:

Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção (...). O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (...) dado pela incapacidade de responder à retração de consumo que se acentuava (...). Hipertrofia da esfera financeira (...). A crise do welfare state ou do “estado de bem estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado (...). (ANTUNES, 2001, p.30).

Dado esse cenário de crise era necessário um processo de reorganização do capital, representado pelo advento do neoliberalismo marcado pela desregulamentação dos direitos trabalhistas, privatização e desresponsabilização do Estado (trataremos mais a respeito no segundo capítulo). Processo que refletiu também na reordenação socioespacial.

Lago (2000) nos traz a conhecimento um dos fatores dessa reordenação: o processo de financeirização do capital – fusão do capital monopolista industrial e bancário, e do investimento imobiliário, por acentuar o consumo e o investimento dos poderes públicos na instauração de novos empreendimentos, entendidos como *símbolos de modernização*, apesar de haver diversidade das ofertas dos empreendimentos imobiliários, alcançando desde a classe baixa à classe alta abrangendo as classes intermediárias. De tal forma que:

(...) o capital imobiliário passou a assumir o papel central na reprodução da nova ordem econômica, cujas ações não estão necessariamente condicionadas às necessidades *físicas* geradas pelo setor financeiro. Portanto o *boom* de edifícios de escritórios e a emergência de novas áreas residenciais de alta classe nas áreas centrais das metrópoles americanas não devem ser entendidos como simples resposta ao crescimento do setor terciário moderno e de categorias profissionais correspondentes, na medida em que o volume de novas construções ficou bem acima da demanda efetiva (...) o grau de atratividade das cidades quanto ao afluxo de investimentos externos é outro fator que vem orientando a lógica da produção do ambiente construído urbano. Na competição intercidades, os governos locais, em parceria com o setor imobiliário / financeiro passam a priorizar políticas de renovação urbana visando ao crescimento econômico em detrimento das políticas de bem estar - social. (LAGO, 2000, p.28).

A reordenação socioespacial tem como principais incentivadores os agentes sociais em específico o Estado e os empreendedores imobiliários que travam disputa para maior alcance de lucro:

(...) estabeleceu-se, via intervenção do Estado, um crescimento urbano segregador e excludente. De um lado porque a lógica das políticas públicas era atender prioritariamente às necessidades do grande capital em matéria de infra-estrutura(sic) e serviços urbanos, relegando a plano secundário as relativas à reprodução da força de trabalho. De outro a inadimplência do poder público quanto ao controle e ordenamento do crescimento urbano permitiu que o espaço das grandes cidades fosse organizada ao sabor da especulação imobiliária, encarecendo enorme e artificialmente o preço da terra. (LAGO, 2000, pp.36-37).

Desse modo, podemos ainda perceber que:

O padrão espacial resultante caracteriza-se pela cidade fragmentada em espaços residenciais e comerciais exclusivos, onde ‘as áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os shoppings centers, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos’ (GOTTDIENER apud LAGO, 2000, p. 30).

Modificam-se assim os valores simbólicos e a importância da vida em comunidade e dos espaços públicos, entendidos como espaço de desordem e de insegurança, discurso enfatizado pelos empreendedores imobiliários visando o lucro e acirrando o processo de segregação socioespacial.

De acordo com Villaça (2007), existem vários tipos de segregação, dentre os quais: a “segregação ecológica” que é uma concentração dentro de uma mesma área residencial, e que as pessoas deste local reúnem características em comum, ou seja, não são apenas características de localização que contribuem para essa segregação mais também outros fatores. Porém, a segregação dominante é a de classes, visto que “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais ou conjuntos de bairros* da metrópole.” (VILLAÇA, 2007, p.142, grifo do autor).

É importante lembrar que as regiões de concentração das camadas sociais não são homogêneas, no sentido que pode haver na mesma região a presença de outras classes. Para Villaça (2007), a segregação não possui variante “(...) é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros, segue a mesma lógica dialética de escravo e senhor.” (p. 148).

Cabe pontuar que a cidade, em sua organização socioespacial, sofreu modificações, as quais aumentaram o processo de desigualdade social através do processo de segregação, no qual é notória a emergência de várias áreas residenciais, cercadas por aparatos que supostamente oferecem segurança aos seus moradores e os servem como cortinas que mascaram a realidade, fazendo – os viver em um mundo utópico e falacioso, encantados com as belezas materiais efêmeras de seus “palácios”. Dessa forma podemos observar que: “A segregação é um processo necessário à dominação social econômica e política por meio do espaço”. (VILLAÇA, 2007, p.150).

Sendo assim, o Estado, aliado aos empreendedores imobiliários, modificam constantemente a organização interna da cidade com o propósito de vendê-la e elevá-la ao patamar de moderna pelo acúmulo de lucro. Como veremos a seguir, dentre as modificações impostas às cidades, trataremos do processo de requalificação urbana que tenta (re)desenhar o traçado socioespacial pela imposição de um ideário contemporâneo, marcado pela higienização e desigualdades.

1.3O processo de requalificação urbana e a segregação sociourbanísticas:

Considerando as diversas transformações ocorridas na cidade, podemos afirmar, com base em Couto (2003), que o capital se vale das propostas do urbanismo racionalista e do imaginário popular para impor “soluções” às contradições existentes na cidade. Dentre essas soluções está presente o processo de requalificação, entendido como o conjunto de intervenções públicas e privadas que visam modernizar, dar novas qualidades, regenerar os tecidos físicos e sociais da cidade, que acentua a exclusão sociourbanísticas, representada pelas barreiras impostas pelo capital em parceria com o Estado através da justificativa de embelezamento da cidade, composto por construções de empreendimentos comerciais e imobiliários.

Temos como resultado do processo de embelezamento das cidades e dos bairros os condomínios fechados, constituindo-se como um ambiente segregador e de cunho mercadológico que tem como objetivo central produzir lucros, acirrando a diferenciação entre os que moram nos condomínios e os que não moram:

Lá dentro, só (mora) quem é verdadeiramente cidadão respeitável para atingir as lógicas do capital. Isto é, quem possa pagar para ser “exclusivo” é ter um espaço à sua altura. As empresas que promovem os condomínios não precisam mais manter a fachada do governo: são em princípio, segregadoras mesmo. (...) O condomínio nega a cidade e não quer ambiguidades, o que contém já é considerado suficiente. (SANTOS apud LEITÃO, 2003, p.150).

O avanço deste padrão de condomínio data, de acordo com Couto (2003), da década de 1960, momento pelo qual se denota, em alguns casos de condomínios horizontais, pela apropriação dos espaços públicos. A verticalização dos condomínios é um processo mais recente, mas que tem crescido em grandes proporções, é notório o explorar de questões subjetivas, como a segurança e melhorias na qualidade de vida de toda família.

Os condomínios fechados, denominados por Caldeira (2000) de *enclaves fortificados*, vêm mudando consideravelmente as relações sociais e morfológicas das localidades em que se instalam. De modo que ditam explícita ou implicitamente a forma de viver, consumir e se relacionar com os outros (sejam eles “iguais” ou “diferentes”) e as formas de organizar a cidade afetando o caráter de espaço público.

Segundo Caldeira (2000), os enclaves fortificados não se resumem apenas aos prédios residenciais, mas abrangem também escritórios, shoppings, os mesmos possuem algumas características básicas, são: propriedade privada para uso coletivo; valorizam o privado em

detrimento do público; são fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos, são espaços vigiados; são voltados para o interior, rejeitando a rua; são flexíveis a novas tecnologias e organização do trabalho; são autônomos, “homogêneos”. Em uma palavra:

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. *Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade de interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcada por suspeita e restrição* (Grifo nosso!). Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos (...) sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. (CALDEIRA, 2000, p. 259).

A cidade perde forças quanto ao seu valor de uso, acentuando o seu valor de troca. Processo característico das cidades contemporâneas, as quais se transformam em mercadoria, que precisa necessariamente do processo de embelezamento para ser vendida e não apenas exposta: “Agora a cidade antiga é sepultada, posto que inviável, mero rascunho.” (COUTO, 2003, p.129).

O processo de embelezamento é resultado das ações conjuntas entre empreendedores e Estado. Os empreendedores são responsáveis pela construção de condomínios horizontais e verticais que “asseguram” aos moradores o estado de poder:

(...) tornaram-se símbolo de status e prestígio para seus moradores projetando e vendendo uma ambicionada imagem de exclusividade (...). Observamos também a implantação de condomínios horizontais em tecido urbano tradicional colocando sobre apropriação privada vias e praças de domínio público, impondo restrições à circulação urbana (...) (COUTO, 2003, pp.116-117).

Desta maneira, o Estado cria barreiras a partir de formas sutis de privatização do acesso aos espaços públicos, transformando a cidade com o objetivo de receber grandes empreendimentos que gerem a curto, médio e longo prazo investimentos e rendimentos na economia. Há ações de infraestrutura como a abertura de vias, a criação e ampliação de sistemas de transportes, e de dispositivos legais da ocupação do território, ajustes fiscais, etc. Não podemos nos furtar de trazer a importância da mídia que atua na difusão do discurso ideológico promovendo “(...) a mudança da representação da cidade no imaginário popular como espaço sem lei, da luta de todos contra todos”. (COUTO, 2003, p.117).

Ainda de acordo com Couto (2003), o imaginário popular é caracterizado pelo significado dado à cidade como espaço de contradições, como lócus de festa, de descontração, de grandes oportunidades, de liberdade, ao mesmo tempo insegura, desigual, violenta, etc. É baseado nas contradições, em especial nas características negativas da cidade que o capital elabora discursos, cujos temas centrais são:

1)A adoção da padronização programática e técnica nas soluções construtivas e a segregação de circulação e usos; 2) a promessa da modernidade representada pelo acesso nos avanços da tecnologia;3) a naturalização da forma da expansão urbana capitalista(...) e a tentativa de autonomização frente ao tecido urbano progressivo; a cidade tradicional permanece como um fantasma durante todo o processo 4) a promessa de implantar a utopia cidade-natureza (...) 5) e finalmente, o caráter exclusivo do local.(COUTO,2003, pp.127-128).

O discurso acima se volta para o que Couto (2003) chama de “qualidade de vida urbana”, ou seja, uma vida em que os problemas sociais e ambientais sejam os mínimos possíveis. Os empreendedores exploram a dicotomia cidade-natureza, trazendo no seu discurso a implementação de áreas verdes, de espaços saudáveis que se diferenciam da agitação e danos à saúde presentes no exterior do espaço de ocupação dos condomínios fechados.

Difícil lá fora, essa vida é possível aqui! Está liberta dos problemas urbanos, mas tem tudo o que é necessário na cidade grande, a oito minutos de automóvel (...) integrando o que a natureza tem de mais fascinante: praia, mar, lagos, ilha na lagoa, montanha, verde nas encostas e nas ondas do mar, cenários de terra, mar e céu se renovando aos caprichos do Sol ou do tempo (...). (HOSKEN & DOURADO apud COUTO, 2003, p.128, grifo do autor).

Os condomínios fechados e o embelezamento dos bairros fragmentam as relações sociais na cidade ao agudizar o comportamento individualista, no qual as pessoas não se reconhecem mais como moradoras de um bairro, mas de um complexo petrificado. Há também uma fragilização do CBD mediante a descentralização dos serviços terceirizados, que passam a ser exercidos em áreas fechadas. Características essas que chamam à atenção Leitão (2003), ao comentar acerca das situações vivenciadas em condomínios localizados em áreas nobres:

(...) Dentro de alguns condomínios, existe supermercados, farmácia, feira livre, restaurantes, banca de jornais, locadora de vídeo, brechó, manicure (...) a maioria dos jovens só sai de carro ou em ônibus exclusivos para ir ao

Barrashopping, onde a geração condomínio usufrui de teatro, cinema, restaurantes, parquinhos, brinquedos eletrônicos, lanchonetes e points de paquera. ‘A maioria deles não diz que mora no Rio, nem na Barra. Eles trocam os nomes do bairro e da cidade pelo do condomínio em que vivem’ (...). (JORNAL DO BRASIL apud LEITAO, 2003, p.151).

Podemos afirmar que esses comportamentos não são exclusivos do bairro da Barra da Tijuca-RJ, mas se expande por todas as cidades brasileiras, e também enquanto tendência de um fenômeno mundial. O processo de embelezamento traz consigo, além de uma pretensa modernidade, a ampliação de diversos problemas sociais que, conforme Couto (2003), se caracterizam por uma espécie de:

(...) descontrole de um processo de expansão urbana (...) o que se expressou vivamente nos problemas da poluição sonora, ambiental e de paisagem (...) poluição de praias, das lagoas, da substituição do sossego e do bucolismo pelo trânsito e falta de segurança. (COUTO, 2003, p. 132).

Contudo, o processo de embelezamento e a exclusão sociourbanísticas enquanto constituintes da “urbanização contemporânea” não são processos exclusivos e restritos à cidade, mas abrange todo o “espaço social”. Visto que:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo, Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFÈBVRE apud MONTE-MÓR, 2003, p. 262, grifo do autor).

São notórias assim novas dinâmicas e espacialidades, pois:

(...) os novos padrões de urbanização tanto reforçam a concentração populacional em áreas conurbadas quanto promovem a desconcentração sobre cidades médias e pequenas (...) podemos assim identificar um duplo padrão de urbanização (...). De um lado, um adensamento regional e uma concentração populacional em grandes e médias áreas urbanas, principalmente em regiões metropolitanas e na região Centro-Sul como um todo (...). De outro lado, a extensão da urbanização sobre amplos espaços regionais por meio das redes de transportes, comunicação e serviços integra as múltiplas e distintas espacialidades e (re)qualifica as relações urbano-rurais, mudando a natureza da urbanização no Brasil. (MONTE-MÓR, 2003, p.260).

Por essa perspectiva, ao mesmo tempo em que a urbanização contemporânea perpassa as fronteiras da cidade abrangendo a área rural (campo), são ampliados concomitantemente os problemas sociais ora já mencionados, como: segregação socioespacial, degradação do meio ambiente e das relações sociais, desemprego, violência, etc.

Em suma, as cidades transformam-se constantemente através da ação do Estado ou do mercado no afã de as tornarem “modernas”. Somadas à modernidade advêm às expressões da *Questão Social*, fazendo-se presente a segregação que, mais uma vez segundo Villaça (2007), é um processo dialético onde a segregação de alguns resulta na segregação de outros, a qual elencamos como rugosidades, tendo em vista que é um elemento de continuidade no capitalismo. Dessa forma, para compreendermos esse fenômeno consideramos necessário recorreremos à análise do processo de desenvolvimento da categoria trabalho.

2.AS MARCAS DO TEMPO NA CIDADE: A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AOS FENÔMENOS URBANOS

Neste capítulo, abordaremos o conceito de rugosidades, de que forma ela se constituiu e permanece na contemporaneidade, através da relação do trabalho e do tempo. Trabalharemos ainda, alguns aspectos da questão urbana, a configuração da mesma frente ao neoliberalismo e a importância do profissional de Serviço Social frente aos fenômenos.

Como já fora visto no capítulo anterior, a cidade vem se desenvolvendo ao longo do tempo concomitante ao processo de transformação do capitalismo. Processo inerente ao ser social, visto que este transforma a natureza e a si mesmo alcançando paradoxalmente a realização e a criação de necessidades, às quais são alcançadas por meio do trabalho. Assim, podemos afirmar que:

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes a do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera.(...) Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.[...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto[...] comum a todas as suas formas sociais. (MARX apud NETTO, BRAZ, 2009, pp.31-32).

Ou seja, o trabalho é a relação existente entre o sujeito e o seu objeto, para que essa relação seja possível são exigidos instrumentos ou meios de trabalho, conhecimento e habilidades. Por meio do conhecimento o ser social pode anteceder o resultado final do seu trabalho, capacidade denominada de prévia ideação (LUKÁCS apud NETTO; BRAZ, 2009, p. 32). Para tanto se torna indispensável também dois elementos: a subjetividade, âmbito em que se processa a ideia e a objetividade, quando a natureza é transformada alcançando o resultado previsto. Daí porque, segundo Lessa & Tonet (2008): “Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos”. (p.17). Através do trabalho há um aumento na

capacidade produtiva gerando, conseqüentemente, novas possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, permitido pelo processo inerente à construção da sociedade.

As transformações têm maior proporção no capitalismo, caracterizado pela valorização do lucro por meio da exploração do homem, do incentivo ao consumo, pela destruição e mercantilização constante de coisas e pessoas conforme a sua conveniência, nas palavras de Cardoso (2009, p. 5) “(...) o tempo do capital é o da aceleração/destruição contínuas; é o tempo do efêmero (...)”. Nesse sentido, é no capitalismo que se acentuam os processos mutatórios na sociedade considerando que o homem conhece novas formas de explorar.

Segundo Santos (2008, p.31), a sociedade se transforma paralelo à diversificação da natureza, na qual cada elemento se modifica conforme o tempo histórico, à divisão do trabalho, “(...) movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares”. Ainda segundo o autor, “A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (p.29). Dessa maneira, a divisão do trabalho é a consequência da ação do homem sobre a natureza, conforme pontuamos acima de trabalho.

Assim:

a(sic) criação jamais termina, jamais se completa, uma vez que iniciada, não pára(sic). Esta sempre ocupada, produzindo novos objetos, novos cenários, novos mundos. O trabalho a que preside corresponde ao tempo que sobre ela se estende. (KANT apud SANTOS, 2008, p. 30).

A necessidade de transformações do espaço é essencial para que se promova a continuidade do capitalismo, dentre as quais está à globalização, processo pelo qual o capitalismo se expande mundialmente, e traz como principais facetas as alterações no espaço:

A transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional; (...) a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões; (...)”. (SANTOS, 1994, p. 24).

Porém, a globalização não é sinônimo de unificação tendo em vista que há uma distribuição desigual dos recursos no mundo, entendido por Santos (2008, p.32) como:“(...) toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Visto que, recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores.”. Essa distribuição desigual dos recursos fortalece conseqüentemente a desigualdade social, pois:

Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades. Mas a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tão pouco facilita os contatos humanos não-funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros. (SANTOS apud SILVA, 2011, p. 34).

Por esse prisma, a globalização traria a homogeneização do espaço. Porém, o que podemos observar é que nem todos têm acesso igual aos recursos produzidos, o que de fato ocorre é a fragmentação do espaço e das relações, produzida pela necessidade de modernização do capital. A fragmentação do espaço não alcança apenas os aspectos geográficos, está presente também no campo político ao “separe-se para reinar, transformando os membros da sociedade indiferentes entre si, unidos em grupos de interesses contrapostos, isolados por barreiras invisíveis.”. (BOTELHO apud SILVA 2011, p.37). Dessa forma, há uma fragmentação da luta de classes, tendo em vista que o processo de trabalho tornou-se parcelar, houve uma crescente desterritorialização e terceirização no âmbito da produção, com objetivo de intensificar a alienação dos trabalhadores.

Nesse processo o capitalismo, como forma de se manter constante no domínio, inova sua estratégia de sobrevivência, na qual a cidade torna-se também uma mercadoria tendo que se adaptar às demandas do mercado consumidor:

Talvez esta seja, hoje, uma das idéias (sic) mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo em que outras cidades também estão à venda. (...) A cidade, porém, reconhecerão mesmo seus mais convictos vendedores, é certamente a mais complexa de quantas mercadorias jamais existiram. (VAINER apud CARDOSO, 2009, p.8).

A cidade contemporânea e global, como nunca visto antes na história das sociedades, passa então a ser planejada para a sua venda através de uma sobreposição do seu valor de troca ao seu valor de uso. Sendo a cidade considerada mercadoria, esta torna-se aos olhos de seus negociantes efêmera assim como as outras.

Entretanto, mesmo em meio às inúmeras e constantes transformações, é possível observar os traços do passado no presente, através dos quais nós podemos ter conhecimento dos elementos que compõem a história, por nós percebidos pelo conceito de rugosidade (Santos, 1998), como analisaremos na seção seguinte.

2.1 Rugosidades e a Cidade Contemporânea

Entendemos que as rugosidades são transportadores de história, visível nas formas materiais e de sociabilidade, pois através da observação das relações sociais podemos analisá-las como traços do passado na forma de viver e reproduzir a cidade. É importante considerar que cada divisão de trabalho cria seu tempo, que na totalidade é conhecido como modo de produção, nesse tempo criado na divisão do trabalho, a depender da ação dos agentes que a forma, são estabelecidas temporalidades entendidas como: “(...) interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral (...) que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar”. (SANTOS, 2008, p. 36).

O passado fazendo-se notável no presente é denominado por Santos de *Rugosidades*:

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem. O que resta de processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas de divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (2008, p.40).

No tocante às formas materiais, podemos observar uma fragmentação do território dada pela influência do dinheiro, considerado como equivalente universal, resultante da ampliação da produção mercantil a qual necessitava de uma mercadoria que expressasse o valor universal de troca, tornando-se cada vez mais controlador/manipulador da reprodução do capital. Nesse sentido:

As formas e processos são modificados, as discontinuidades espaciais são reforçadas, obedecendo à lógica da renda fundiária a ser extraída. O passado pode vir à tona ou desaparecer na paisagem na mesma forma que o presente pode permanecer (ou não) em sua inércia espacial. As áreas antigas são revitalizadas com o objetivo de favorecer a especulação imobiliária, do mesmo modo que as formas do presente podem se modernizar, recebendo investimento em equipamentos urbanos mais sofisticados para atender a esta lógica de reprodução do capital. A singularidade das áreas pode ser considerada assim como um importante fator no processo de valorização e apropriação dos territórios. (SILVA, 2011, p. 39).

Desse modo, os vendedores das mercadorias seguem as regras impostas pelo capitalismo no intuito de sobressaltar o valor da sua mercadoria. Daí surge à necessidade de alterações no seu padrão constitutivo, que visam se adequar aos requisitos de um padrão capitalista de acúmulo de riquezas. Porém, o presente não pode desconsiderar os fatos ocorridos no passado, desse modo concordamos com Santos (2008) quando em suas elaborações teóricas, nos permite perceber a importância desse fenômeno socioespacial, rugosidade, pois a mesma, ao nos revelar formas precedentes, nos permite entender os fatos históricos da sociedade contemporânea.

Assim, cabe observar que na fragmentação do espaço há uma relação dialética de valor contido e valor criado, tendo em vista que o homem se aproveita do valor contido no espaço, representado pelas riquezas naturais e acrescenta a esse outro valor criado, que, como o próprio nome diz, expressa a riqueza acrescida para valorizar o produto, no caso específico o espaço urbano. (MORAES; COSTA apud SILVA, 2011).

Contudo, as rugosidades não se restringem às formas espaciais, mas estão presentes também nas relações sociais, por isso a denominamos de fenômeno socioespacial. Na tentativa de se moldar aos novos padrões estabelecidos, é possível notar que nas cidades há um fortalecimento do privado em detrimento do público, tendo em vista a nova configuração da produção do espaço urbano contemporâneo, esta, representada pelos empreendimentos privados de lazer, habitação, que na sua maioria são agregados para alcançar um público maior, dada a sua comodidade e suposta segurança, visto que as pessoas tendem a se isolar como fuga da insegurança da cidade e os empreendimentos exploram a homogeneidade como uma das saídas da violência, pois, vivendo entre “iguais”, o índice de violência será menor ou inexistente.

Como fora visto no capítulo anterior, os empreendedores imobiliários exploram elementos subjetivos através da publicidade de seus empreendimentos. Nesse processo, cabe observar os “fios invisíveis do capitalismo”, ou seja, partir de uma análise mais crítica e ampla. Neste sentido, foi por meio desta análise que podemos observar que as modificações ocorridas nas cidades seguem a lógica da reestruturação econômica do modo de produção capitalista.

Desse modo, situamos Sposito (2006, p.175) para a qual a cidade contemporânea é “a superação da cidade fordista, por uma cidade pós-moderna, difusa ou fragmentada.”. Visto assim, podemos afirmar que a disseminação dos enclaves está ligada ao processo de

globalização que difunde um novo modo de pensar e viver. Fenômeno que influencia veemente o processo de segregação⁶ como é possível observar as seguintes especificidades:

- A globalização que difundiu ideais liberais, o que resultou na liberalização do mercado de terras;
- A desigualdade de renda na apropriação do espaço urbano, devido aos preços imobiliários;
- e, por último, a privatização dos serviços urbanos, que aumentam a desigualdade de acesso aos serviços públicos e equipamentos coletivos.

Nesse sentido, esse processo resulta na alta concentração de grupos sociais, ocasionados pela segregação, entendida como: “(...) expressão das desigualdades sociais circunscritas ao território das cidades como manifestação da apropriação desigual de terras, bens e serviços pelas diferentes classes sociais”. (BÓGUS, 2009, p. 117). Dessa forma, a segregação interfere na estruturação do espaço urbano, pois pode produzir mais benefícios para os setores elitizados e bloquear oportunidades de acesso aos serviços como educação, saúde, habitação, emprego, lazer, etc., para os setores mais vulneráveis. Há uma produção da cidade para quem pode pagar para consumi-la, retirando assim dos cidadãos de baixa renda o direito à cidade.

Desta forma, mesmo em meio às mudanças ocorridas no espaço, podemos observar a continuidade de traços passados, dentre os quais citamos a desigualdade social dentro de um espaço que foi transformado, pois os processos de transformação não atingem uniformemente a sociedade. Sempre haverá algum ponto que não será alcançado, não por esquecimento, mas porque a desigualdade é um mal necessário ao capitalismo, tendo em vista que esta é a sua base. É possível notar as formas de viver de um determinado lugar outrora marcado por elementos antigos, o modo de se relacionar com os vizinhos considerados como uma comunidade, o modo de consumir o espaço, que na sua maioria exploram o seu valor de uso, “invadindo” as calçadas, as praças, as ruas, ou seja, o espaço público para se divertir, se sociabilizarem.

⁶A esse respeito cf :RIBEIRO apud BÓGUS, 2009, p 117

2.2 Questão Urbana e Serviço Social

A análise do urbano é de suma importância, pois desempenha a função de auxiliar na compreensão da formação societária, dizemos auxiliar, dado o movimento dialético desta, sendo composta por diversos determinantes, sejam eles políticos, econômicos e culturais. Desse modo, Castells (2009) nos traz a importância do método marxista na análise da problemática urbana, considerando, que mesmo com a limitação desta teoria na esfera da reprodução é “(...) capaz de integrar a análise do espaço com a das lutas sociais e dos processos políticos (...)”. (p. 11), devido à utilização da categoria da totalidade no intuito de apreender o movimento dialético da sociedade burguesa. Dessa forma, inicialmente delinearemos algumas pistas sobre a questão urbana e em seguida trataremos da importância da atuação do Assistente Social na área urbana.

2.2.1 Questão Urbana

A cidade é composta por um processo dialético, dado os condicionantes estruturais e conjunturais, promovidos pelo homem que transforma a natureza e a si próprio buscando atender as suas necessidades. É ao longo desse processo que o homem desenvolve relações sociais que dão forma e significação ao espaço: “(...) ele [espaço] não é pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, na qual a sociedade se especifica.” (CASTELLS, 2009, p. 182).

Dessa forma, o espaço é resultante da estrutura social, sendo assim é composto por elementos econômicos, políticos e ideológicos. Pois, o espaço urbano se modifica constantemente e traz consigo algumas problemáticas, dentre as quais trataremos em específico da questão urbana, entendida com base em Castells (2009) como o conjunto das desigualdades sociais no espaço de consumo e da reprodução da força de trabalho.

Tais apontamentos se tornam mais complexos com o avanço do meio tecnológico e científico, pois estes dão suporte para a inserção de transformações, das mais variadas e grandiosas, nos lugares estratégicos e significativos no interior do espaço urbano, sendo que estas metamorfoses dos lugares ocorrem de forma espacializada e são financiadas com o capital nacional (público ou privado) e/ou internacional, voltadas para atender a grupos específicos e disseminam, por conseguinte, barreiras/fronteiras sociais e espaciais, dependendo do tipo de empreendimento que se construa (shoppings, lojas de departamentos, museus, dentre outros).

Podemos afirmar que a questão urbana acentuou-se devido ao processo de urbanização caracterizada na sua essência pela tríade *concentração populacional*, mais a disposição dos *elementos citadinos*, que na maior parte dos casos são originários a partir da inserção do processo de *industrialização*.

O processo de urbanização no capitalismo ao longo dos tempos, segundo Corrêa (2000), alia-se aos demais agentes sociais modeladores do espaço urbano: o Estado; os proprietários dos meios de produção (sobretudo os grandes industriais); os proprietários fundiários; os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos, no fomento ao crescimento e desenvolvimento das cidades.

A urbanização, muitas das vezes, redefine a paisagem das cidades, a estética urbana e as relações sociais da população de uma cidade ou de um lugar. De sobremaneira, contribui para o espraiamento das cidades capitalistas contemporâneas. Contudo, ao tempo em que ocorre o crescimento e desenvolvimento de uma cidade, é possível notar a acentuação da questão urbana enquanto problema social presente em uma *urbe* moderna, tendo em vista que a mesma é constituinte da Questão Social inerente ao capitalismo e caracterizada através da contradição entre trabalho x capital e inserção da classe trabalhadora no campo político. De tal forma que:

A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2009, p.77).

Desse modo, mesmo em meio à imposição de péssimas condições de sobrevivência, a classe trabalhadora, movida pela indignação em continuar a viver dessa forma, passa a reivindicar a ampliação de direitos, processo que influenciou a criação das Políticas Sociais, que surgem com o objetivo de mitigar as expressões da Questão Social e manter a classe trabalhadora sob controle. Nesse sentido, as Políticas Sociais, segundo Pastorini (1997), possuem três funções: *econômica*, por contribuir para a reprodução da força de trabalho; *política*, tendo em vista que contribui para obter aceitação e legitimidade, fortalecendo a manutenção da ordem social e a função *social*, dada pela redistribuição dos recursos sociais.

Dessa forma, a Política Social está relacionada à ascensão do capitalismo, das lutas de classe e da intervenção estatal. As Políticas Sociais surgem após a Segunda Guerra Mundial, na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, pautadas pelo caráter repressivo e punitivo, focalizado e sob a ótica privada. Esse cenário começou a modificar no século XX, quando o Estado assume um caráter mais social com maior investimento em Políticas Sociais devido a ascensão do keynesianismo que defendia a intervenção estatal na economia para restabelecer o equilíbrio por meio de uma política fiscal e creditícia.

No Brasil segundo Behring (2003) o desenvolvimento das Políticas Sociais segue a lógica das particularidades da formação sóciohistórica do País, ligada a questão econômica e cultural caracterizada pela heteronomia, paternalismo e clientelismo. Durante a década de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, a carteira de trabalho, considerada o documento da cidadania, pois soeram portadores de alguns direitos quem possuísse-a. Houve a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs), o qual cobria riscos ligados à perda de capacidade laborativa, que substituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAPs). Na década de 1940 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que atendia as famílias que atendia as famílias dos militares envolvidos na 2ª Guerra Mundial. Porém, o Brasil viveu, nessa década, um cenário de instabilidade política que influenciou na expansão das Políticas Sociais que se deu de forma lenta, seletiva e tecnocrática.

Na década de 1960 é instaurada no Brasil a ditadura militar, a Questão Social passa a ser enfrentada tanto pela repressão como pela assistência com o objetivo de manter a classe trabalhadora sob controle. Dessa forma, a Política Social é marcada nessa década pela unificação, uniformização e centralização da Previdência Social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), houve, portanto, a ampliação da previdência para os trabalhadores rurais. Na década de 1970 essa ampliação alcançou os empregados domésticos, jogadores de futebol, os autônomos, etc. Foi criado também o Ministério da Assistência Social. Na década de 1980 o País passa por alguns problemas sociais como: desemprego, crescimento das desigualdades sociais, hiperinflação, etc. Mediante esse contexto de crise as Políticas Sociais são atingidas, porém foi nesse mesmo período de crise, que os movimentos sociais tiveram mais visibilidade.

Dessa forma, podemos sinalizar a década de 1980 como marco histórico das conquistas da classe trabalhadora, visto que esse período foi constituído por várias manifestações populares das quais resultou a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB88, que dispõe e normaliza vários direitos, dispostos no seu art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança,

a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados (...).” Nessa perspectiva, o art. 6º ratifica dois dos princípios fundamentais da Constituição: a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

A promulgação da CRFB88 representa uma conquista histórica das lutas sociais, mas na década de 1990, enquanto a mesma ainda dava seus primeiros passos, houve uma fragilização dos direitos sociais resultante do neoliberalismo, o qual interferiu na eficácia das Políticas Sociais, e conseqüentemente na Política Urbana, decorrente da minimização do Estado nos gastos públicos que ocasionaram a transferência de responsabilidades à iniciativa privada civil. Nesse sentido, a produção da cidade para todos é sobreposta pela construção da cidade para os que detêm maior poder econômico.

2.2.2 A Política Urbana frente ao neoliberalismo

Podemos observar que o direito à cidade, a ocupação justa do solo urbano é instituída e defendida pelos preceitos da Política Urbana. Porém, assim como as outras Políticas Sociais, a mesma sofre influências do neoliberalismo. Pois, o neoliberalismo se constitui num conjunto de teorias e práticas que visam extinguir o Estado de Bem Estar Social, minimizando o papel de intervenção do Estado nos gastos sociais, por considerarem que os mesmos são causadores da crise econômica burguesa.

Para contextualizar esse momento histórico podemos situar que o capitalismo viveu um grande período de avanço econômico, conhecido como os *anos dourados*, que perpassou três décadas (1950, 1960 e 1970). Mesmo em meio à expansão, esse período também fora marcado por alguns momentos de crises, estas inerentes ao sistema capitalista, as quais sempre foram possíveis o restabelecimento das mesmas. Porém, na década de 1970, o capitalismo vivencia a crise estrutural⁷ que atinge a estrutura do capitalismo, sendo instaurada nessa fase a ativação dos limites absolutos, visto não haver mais possibilidade de solução da crise dentro do sistema. É importante lembrar que a crise, segundo Marx, está no âmbito da produção, o que vem a ser confirmado por Mandel (1990), que afirma que as causas da crise são a supracumulação de capitais, o subconsumo das massas, a anarquia da produção e a queda da taxa de lucros. Na tentativa de amenizar os efeitos da crise estrutural, o capitalismo traz como ofensivas baseadas no que Netto & Braz (2009) chamam de tripé: reestruturação produtiva, financeirização e a ideologia neoliberal, com o objetivo de se restabelecer.

⁷ A esse respeito, favor consultar: MÉSZAROS apud PANIAGO (2007).

O neoliberalismo requer ajustes econômicos principalmente para os países subdesenvolvidos, os quais tiveram que se adaptarem às determinações do Banco Mundial - BM e do Fundo Monetário Internacional - FMI, que estão centradas na focalização da assistência social ao combate da pobreza extrema; nas privatizações e terceirizações; descentralização com desresponsabilização, etc. Dessa forma, os países subdesenvolvidos tornaram-se ainda mais dependentes e o índice de desigualdade social acentuou, visto que:

(...) argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas aquisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.152).

O neoliberalismo não foi capaz de solver a crise que outrora se instaurara, ao contrário, a submissão dos Países ao FMI e ao BM afetou diretamente nas características das Políticas Sociais, as quais se tornaram fragmentárias e seletivas, conseqüentemente interferindo na dinâmica urbana considerando que essas alterações atingiram a renda do trabalhador, a oferta das Políticas Sociais como: moradias, educação, de saúde, transporte coletivo, a limitação do espaço urbano delimitando as áreas do tecido urbano a serem ocupadas pela classe trabalhadora, tirando da mesma o direito à cidade, que consiste no acesso a riqueza socialmente produzida e a gestão democrática através da participação da população “(...) na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.” Como preconiza o inciso II do art. 2º da Política Urbana.

A Política Urbana é “(...) executada pelo poder público municipal (...) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.” (CRFB88, Art. 182). Como forma de alcançar esse objetivo são utilizados alguns instrumentos a citar o Estatuto da Cidade que regulamenta e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

O Estatuto da Cidade traz no seu art. 2º suas diretrizes, dentre essas:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura(sic)urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da

comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; VI - ordenação e controle do uso do solo (...) IX - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. (BRASIL, 2001).

Desta forma, identificamos que alguns direitos assegurados no Estatuto da Cidade foram apropriados perversamente pela política neoliberal, porém dada a complexidade dos direitos dispostos no referido Estatuto, nos remeteremos ao direito à moradia, à saúde, ao transporte público, e à cultura.

No que se refere à moradia, podemos observar a crescente absorção dessa mercadoria pela lógica capitalista, a qual tem como aliado o poder público, parceria considerada de suma importância, visto que, este estabelece um equilíbrio no mercado:

(...) a intervenção pública pode ocorrer em dois planos: intervenção da *demanda* com a criação de uma demanda solvável, e intervenção na *oferta*, com a construção direta das moradias e a adoção de medidas para facilitar as realizações imobiliárias e diminuir seu preço. (CASTELLS, 2009, p.237).

Portanto, a intervenção estatal caracteriza-se pelo balanceamento de atender as demandas das classes sociais que formam a sociedade, com a oferta de Política Social para os que mais necessitam, mesmo que essa oferta seja insuficiente e a facilidade de crédito para os que dispõem de uma renda mais acessível, o que impulsiona o mercado imobiliário. Nesse mesmo sentido, as imobiliárias vêm na moradia uma mercadoria diferenciada que:

(...) apresenta toda uma gama de características, no que concerne a sua *qualidade* (equipamento, conforto, tipo de construção, durabilidade, etc.), sua forma (individual, coletiva, objeto arquitetura, integração no conjunto de habitações e na região) e seu *status institucional* (sem título, alugada, casa própria, co-propriedade (sic) etc.) que determinam *papéis*, os níveis e as filiações simbólicas de seus ocupantes. (CASTELLS, 2009, p. 224, Grifo do autor).

Desse modo, a moradia, independente de qualidade, forma e função, é essencial para a reprodução da força de trabalho, pois é nela que os trabalhadores podem, mesmo que de forma precária, descansar da longa jornada de trabalho, que pode se relacionar mais intimamente com sua família.

Porém, mesmo representando um bem de tamanha importância podemos perceber, no que concerne à realidade brasileira, um alto índice de pessoas que não tem moradia digna e que mediante o discurso de desenvolvimento e de modernização são expulsas delas, ainda que precárias. De acordo com Sabroza (2013, p. 9), “Desenvolvimento é o que vem de baixo para cima em função das forças da sociedade e sem vetores externos.”, porém, é constante a interferência de vetores externos que podem ser de ordem econômica ou política, a exemplo do que ora vivenciamos a partir da maior proporção dos megaeventos da Copa e das Olimpíadas. Os cidadãos são expulsos de suas casas, apoiados pelo discurso da necessidade de obras de mobilidade para os eventos supracitados. Basta situar que:

Em todo o Brasil, as remoções realizadas em nome de grandes eventos estão acontecendo com pouco ou nenhum debate político prévio. Segundo o relatório *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*, preparado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, há entre 150 mil e 170 mil pessoas em risco de remoção. No Rio de Janeiro, que abrigará a Olimpíada em 2016, os impactos são ainda maiores. Oito mil pessoas de 12 comunidades, em risco, e cinco comunidades já sumiram do mapa. (MOROSINI, 2013, p. 9).

Desta forma, as expulsões ocorrem sem nenhum debate prévio, à esta população é entregue uma ínfima indenização na qual não lhes oferecem a possibilidade de comprar outra casa acentuando assim o ciclo vicioso inerente a realidade brasileira de higienização urbana, para que haja desenvolvimento.

Desse modo, o processo de higienização assim como o de gentrificação, respeitando as suas particularidades, são instrumentos de exclusão e destruição socioespacial, pois além de tirarem as pessoas de seu espaço físico habitual retira-os também de sua rede de sociabilidade, o que pode afetar diretamente na saúde deles, ocasionando sérios problemas, “Desterritorialização e anomia são fontes de sofrimento agudo e se manifestam por meio de vários tipos de doença.” (SABROZA apud MOROSINI p. 2013, p.11). Problemas analisados também em pesquisas junto aos moradores de palafitas removidos para um conjunto habitacional em Pernambuco:

Um ano depois da remoção uma moradora não conseguia sair de casa. Ela disse que preferia voltar para os ratos e as baratas que não faziam mal a ninguém(...) Observei um quadro de depressão, doença que os moradores não sabem que tem. Eles relatam tristeza, isolamento social. Nos conjuntos habitacionais não há lazer. E quando tem, não se perguntam como eles querem essa área. (MOROSINI, 2013. p. 11).

Cabe ressaltar a importância da participação popular na construção e gestão da cidade, numa sociedade marcada pela tecnocracia no qual a opinião popular e os aspectos sociais são excluídos pelo tecnicismo. Pois, as condições de habitabilidade, que segundo Castro (2007, p.75) vem do latim *habitabile* que significa “qualidade do que é habitável, próprio para habitação”, ofertadas à população de renda mais baixa são desumanas e tomam proporções maiores, pois elas refletem na saúde dos moradores considerando o conceito de saúde adotado pela Organização Mundial de Saúde – OMS no qual entende-se por saúde o mais completo estado de bem estar social, físico, mental e biológico.

Contudo as exigências da OMS não são acatadas pelo poder público em ações preventivas e promocionais da saúde, atuando segundo a lógica curativa de forma precária, representada pela falta de hospitais e profissionais qualificados, e de ações preventivas como o saneamento básico.

No que concerne ao transporte e a cultura podemos observar a valorização do privado em detrimento do público, tendo em vista que o sistema de transporte público oferecido é de péssima qualidade, que somado ao incentivo estatal para a aquisição de transportes individuais, sobrecarregam as vias de trânsito, e requer obras de mobilidade urbana. Esse processo é funcional ao capitalismo, pois:

Para tentar dar conta da imensa frota de veículos despejada nas ruas, há, ainda, necessidade de ampliação permanente do sistema viário. Mas a construção de túneis, viadutos e elevados também atende a outras ordens. Muitas das empreiteiras que se candidatam para licitações de obras urbanas são as mesmas que financiam campanhas políticas para cargos no Executivo. Obras, essas que não são pensadas para garantir a fluidez de transportes alternativos. (VALLE, 2012. p.14).

É importante também trazer o conhecimento a influência do Movimento Passe Livre, criado devido à (re)discussão sobre o Projeto Tarifa Zero cujo objetivo era “(...) garantir passagens subsidiadas pelo governo e pela iniciativa privada. A ideia era que uma parte dos impostos pagos pelas empresas que dependiam da locomoção de seus trabalhadores (...) fosse para o Fundo de Transporte.” (VALLE, 2012, p. 15). O referido Movimento traz

como observação que a mobilidade urbana é de suma importância para o acesso aos serviços públicos, “Dos 11 direitos instituídos pela constituição brasileira(sic) (...) nenhum deles é plenamente alcançado sem a presença de transporte”. (VALLE, 2012, p. 15). Dentre esses direitos está a cultura que representa um índice pequeno de acesso pela população.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas – IPEA realizou uma pesquisa em 2010, na qual obteve como resultado dados da população brasileira que nunca tiveram acesso a alguns espaços culturais: 54% nunca foram ao cinema. 60% nunca foram a um teatro ou show e aproximadamente 70% nunca foram a museus ou centros culturais. Há políticas sociais de inclusão cultural, a citar a Lei Rouanet, Lei Federal de incentivo à cultura, porém assim como todas as outras políticas, esta se submete ao ideário neoliberal, visto a privatização dos incentivos, sobre a Lei: “É uma dupla estupidez. O artista tem que agradecer a empresa que ofereceu dinheiro para sua produção, sendo que o dinheiro não era da empresa, era público”. (VASCONCELOS apud D’AQUINO, 2012, p. 24). Processo esse que acaba submetendo os artistas às vontades dos financiadores, mas os artistas autônomos difundem a arte como algo reflexivo, crítico para além do entretenimento representando assim a resistência popular.

Portanto a realidade exposta acima explica que há uma fragilização do cumprimento dos princípios da CRFB88: *a cidadania e a dignidade da pessoa humana*, pois a cidade está sendo produzida e consumida, na sua maioria, para os que têm maior poder aquisitivo, o que corrobora com o que Yazbek (1996) traz em seu livro “Classes subalternas e assistência social”, sobre a condição de pobreza que é estabelecida no capitalismo, na qual não se limita apenas a desapropriação dos bens materiais, mas o perpassa gerando o que podemos denominar de *pobreza de direitos*(MARTINS apud YAZBEK,1996, p. 63).

Esse quadro de desmonte dos direitos sociais, resultantes do neoliberalismo influencia diretamente no crescimento da violência urbana e na divisão do tecido urbano aumentando o índice de segregação socioespacial⁸. Mediante esse quadro de problemas sociais expostos consideramos de suma importância tratar do trabalho do Assistente social frente aos fenômenos urbanos.

2.2.3 A importância do assistente social frente aos fenômenos urbanos.

Como fora visto a cidade moderna é resultante do capitalismo maduro e constitui-se também enquanto arena de conflito de classes. Para alcançar a forma atual fora necessário

⁸ Conforme trabalhado no Capítulo 1 dessa Monografia!

passar por diversas modificações norteadas pela urbanização. As cidades tornam-se cada vez mais atrativas à população, porém nem todos que migram para a cidade são absorvidos pela formalidade urbana, muitos deles por não terem qualificação acabam entrando no mercado informal, às vezes até ilegal, com o objetivo de sobreviver numa sociedade excludente.

Esse processo ocasionou um alto índice de desigualdade social, a citar a pobreza, que “(...)apesar de a primeira vista não aparecer como um problema urbano, todavia se expressa nas suas formas espaciais caracterizadas pelas favelas, periferias pobres e áreas inadequadas para moradia.” (CARNEIRO & SCHEFFER, 2012, p.7) e a segregação socioespacial que “(...) está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder.”. (SOUZA apud CARNEIRO & SCHEFFER, 2012, p.7).

Por ser composta pela desigualdade social, a temática urbana é importante para o Serviço Social tendo em vista que, é na cidade que encontramos, de forma mais veemente as expressões da Questão social, entendida por Yamamoto (2011) como:

(...) o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (p.27).

Ou ainda:

[...] a cidade e a realidade urbana seriam, nesta hipótese, o lugar por excelência e o conjunto dos lugares onde se realizam os ciclos de reprodução, mais amplos, mais complexos [...] a reprodução das relações [capitalistas] de produção [...]”. (LEFEBVRE, apud GUERRA; GUIMARAES & SILVA, 2012, p. 198).

Dessa forma, o Assistente Social enquanto profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho que atua no âmbito da produção e reprodução da vida social e comprometido com a ampliação da cidadania com o objetivo de alcançar a viabilização de direitos à classe trabalhadora tem um papel fundamental na realidade urbana. É necessário, para tanto que o profissional tenha uma atuação crítica, reflexiva norteadas pelo Projeto Ético-Político que defende os interesses da classe trabalhadora e almeja a emancipação plena.

O Serviço Social, no Brasil, tem se esforçado na defesa do direito à cidade, este pautado na perspectiva de acesso de todos aos bens produzidos e aos direitos conquistados pela luta da classe trabalhadora.

A defesa do direito à cidade está na luta pelo acesso universal aos serviços, na distribuição democrática dos bens produzidos, no incentivo ao diálogo intercultural. O direito à cidade é, eminentemente, a luta pela defesa da construção de um modo de viver com ética, pautado na igualdade e liberdade substantivas e na equidade social. (CEFSS-CRESS, 2011, p. 2).

Nesse sentido, a inserção dos Assistentes Sociais nos movimentos sociais e nos instrumentos de controle social como: conselhos, conferência, fóruns é relevante para a luta dos direitos sociais. Pois,

A aproximação do Serviço Social ao movimento da realidade concreta às várias expressões da questão social, captadas em sua gênese e manifestações é fundamental. A pesquisa concreta de situações concretas é condição para se atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão, resguardados os seus componentes ético-políticos. (IAMAMOTO, 2011, p.52).

As configurações contemporâneas tem posto ao Serviço Social novas possibilidades de atuação devido o agudizamento das expressões da Questão Social decorrente das modificações social, política, econômica e cultural exigidas pelo capitalismo. Mas por outro lado traz limites à atuação do Assistente Social. A ascensão do neoliberalismo rebateu diretamente na consolidação da cidadania, tendo em vista que precarizou o acesso aos direitos sociais. Podemos observar também limitações na aplicação do projeto ético político do Serviço Social, mas mesmo em meio às limitações podemos enxergar possibilidades de atuação de defesa e ampliação dos direitos, visão que pressupõe um profissional crítico, propositivo:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2011, p. 49).

Portanto, é de suma importância à apreensão crítica da realidade pelo Assistente Social, tendo em vista o cenário de ampliação da questão urbana, esta considerada uma dimensão da Questão Social, objeto de intervenção do Serviço Social. Para tanto esse profissional deve agir em conformidade com os princípios do Código de Ética e da Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão, documentos que materializam o amadurecimento teórico metodológico da profissão e o compromisso com a classe trabalhadora.

3-QUESTÃO URBANA E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS RUGOSIDADES FRENTE AO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO DO CATOLÉ (CAMPINA GRANDE – PB).

Nesse estudo privilegiamos a análise das rugosidades no Catolé frente ao processo de requalificação do mesmo. Para tanto em função do nosso objetivo faz-se necessário um recorte historiográfico da cidade de Campina Grande – PB de modo a articular a problemática ora analisada com o próprio processo de como se coloca aquilo que podemos definir como sendo a questão urbana da cidade. Em seguida trataremos do processo de requalificação urbana do bairro do Catolé e da presença das rugosidades no mesmo. O trabalho busca, sobretudo, analisar algumas vilas existentes no Catolé, visto que estas são elementos de continuidade do Catolé antigo. Nesse sentido consideramos necessário uma análise do perfil socioeconômico dos moradores das vilas do bairro. Desse modo dividimos a entrevista em dois eixos o primeiro corresponde aos dados socioeconômicos dos moradores e o segundo eixo abrange dois pontos: a escolha pelo bairro e a leitura dos seus atributos⁹ e a percepção dos moradores frente ao processo de requalificação urbana do Catolé.

3.1 Notas introdutórias sobre a questão urbana de Campina Grande – PB.

A cidade de Campina Grande está localizada no interior do Estado da Paraíba, no agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema. Dado o seu desenvolvimento comercial influenciado pelo cultivo do algodão e da pecuária, Campina outrora vila, torna-se Cidade em 1864. Porém a sua estrutura urbana ainda era precária e o seu comércio estava estacionado, sendo alavancado em 1907 pela chegada do primeiro trem da Great Western of Brazil Company, considerado segundo Farias (2011), um divisor de águas na vida social e econômica da população de Campina.

Em 1930 a cidade é contemplada pela reforma urbana de Vergniaud Wanderley, então prefeito com ideias ambiciosas de tornar Campina uma cidade moderna. A cidade, apoiada no crescimento do comércio e indústria sofre modificações na infraestrutura através da introdução de novos empreendimentos – Colégios, necrotério, cemitério, indústrias e o crescimento do número de casas, e pelo surgimento de novos bairros. Vergniaud tinha o propósito de inserir Campina Grande “(...) no Plano de Urbanização das grandes cidades

⁹Título inspirado na produção do PIBIC-Af 2011/2012, mas envolvendo outras perguntas e um novo perfil de moradores.

brasileiras” (JORNAL DE CAMPINA apud SOUSA, 2003, p.62). Para tanto o urbanista Nestor Figueiredo fora convidado a visitar a cidade, o qual explorou o ideário popular sobre o crescimento da cidade, através de sua retórica:

(...) rasgando elogios ao crescimento e potencial da cidade, ‘o terceiro mercado de algodão do mundo, a maior praça comercial do Estado, cidade de surpreendente movimento urbano, enfim, um centro admirável de trabalho.’ (FIGUEIREDO apud SOUSA, 2003, p.62).

Em meados do século XIX e no início do século XX, o País foi perpassado por planos de urbanização¹⁰ que costumeiramente abrangiam o centro da cidade, por ser um local de aglomeração dos pobres, operários de fábricas, que visavam morar próximos ao trabalho. Mediante a precariedade dos moradores, os higienistas associaram aqueles locais a áreas de endemias e epidemias, sendo necessário, portanto, uma “limpeza”, processo propício ao poder político, posto que necessitava de um artifício para expulsar os pobres da área central da cidade.

Podemos observar que Campina Grande tem suas especificidades frente ao Plano de Urbanização, considerando que o centro da cidade era composto por residências da burguesia e do proletariado, e não por comércio¹¹. Característica modificada no governo de Vergniaud que expulsou todos os moradores da área citada por fugirem aos padrões arquitetônicos modernos, instaurando ali a área econômica e social central, através do comércio e de espaços de lazer. Modificando não só o centro, mas todo seu tecido urbano, tendo em vista que os moradores expulsos ocuparam diversas áreas da cidade.

Os Planos de Urbanização espalhados pelo País refletiram no crescimento da segregação socioespacial no interior das cidades, tendo em vista que as preocupações dos urbanistas estavam fixadas na área central, eximindo-se de observar e planejar melhorias para a cidade na sua totalidade.

Ainda no que se refere à intervenção de Vergniaud em Campina Grande, podemos observar que em nome do progresso ele destruiu alguns símbolos históricos da cidade:

Partindo de uma concepção de mundo e estética informada pelas tendências autoritárias então em voga, decidiu interferir na lógica da organização dos espaços centrais da cidade. Para tanto, atacou três dos seus principais

¹⁰ A citar as reformas de Pereira Passos e Saturnino de Brito.

¹¹ A esse respeito cf SOUSA (2003).

símbolos: o conjunto que formava a Rua Maciel Pinheiro e a Praça Epitácio Pessoa, o Largo da Matriz e o do Rosário. (SOUSA, 2003, p.71).

Portanto, há uma modificação da cidade, outrora caracterizada pelo valor de uso, agora representada pelo valor de troca, cidade mercadoria, onde podemos associar o discurso modernista de atração de investimento do capital.

A área central de Campina Grande era demasiada valorizada, porém seguindo a regra geral do desenvolvimento urbano nacional, é notório, localmente, a crescente a distância do CBD e dos moradores, concomitantemente a instalação do shopping center. Desse modo, há uma valorização de algumas áreas e a constituição de subcentro na cidade, agudizando também as desigualdades sociais, sendo presente os processos de segregação tratados por Souza (2008) enquanto: *segregação induzida e autosegregação*. Dentre os subcentros formados, está o bairro do Catolé.

3.2 O processo de Requalificação Urbana do Catolé¹²

O bairro do Catolé está localizado na zona Sul da cidade de Campina Grande - PB, em sua origem era dividido “em quatro setores distintos: a baixa do pau, a terra do santíssimo, catolé e o prado”¹³. A área mais conhecida era a do Prado, devido na referida área ocorrer corridas de cavalos. No advento da reforma urbana de Campina Grande na década de 1940, essa localização (atual Catolé) torna-se bairro, sendo chamado de bairro do Prado. Esta localidade abrigou a população operária das antigas indústrias de Campina Grande como a SANBRA e a ANDERSON CLAYTON.

O bairro do Prado evoluiu muito principalmente na década de 1980, sendo substituído pelo nome Catolé, que correspondia a uma demanda de terras pertencentes a uma família que tinha esta nomenclatura como sobrenome. (FARIAS, 2011, p.133).

O Catolé é primordialmente rural, caracterizado pelas vastas áreas de plantação de aveleiro, de criação de cavalos e gados e pela realização de corridas envolvendo os mesmos e parca infraestrutura:

¹² Cabe destacar que as informações contidas neste item da análise são resultantes do projeto de Iniciação Científica, PIBIC/Af 2011-2012.

¹³Revista MERKADO (sic), 2012, p. 66.

Por aqui não tinha nada de casa, só na Santa Margarida que hoje é a Rua Elpídio de Almeida. Essa área pertencia a Aluizio Campos e existia aqui perto uma Cerâmica e o Curtume dos Motta que era o ponto mais conhecido do setor. Lá na frente é que tinha umas casas como a de William Tejo. (...) Ninguém queria morar no Catolé, no Prado (...). Aqui próximo tinha uma lagoa, perto de onde hoje é o Parque da Criança, a gente ia lavar roupa lá. Daqui de onde eu moro até o Amigão era só uma fila de avelozes, tinha muito roçado, uma casa aqui outra acolá. As ruas não tinham nem calçamento, quando eu vim morar aqui não tinha comércio nenhum (...). Não tinha também rede de esgoto nem saneamento, na Elpídio de Almeida tinha um chafariz onde o pessoal ia pegar água. Com relação a comércio só existia mercearia, bodega. Por aqui as casas eram de alvenaria, nessa rua só tinha umas quatro ou cinco casas. Até o final dessa rua era só terreno vazio, mato, tinha muito roçado no bairro do Catolé (...) (M.Z, 83 a, moradora do bairro).

A partir dos anos 1970, o bairro passa pelo processo de requalificação através de um processo de abertura de ruas, avenidas, calçamentos, iluminação de vias, preconizadas pelo programa de Complementação Urbana de Recuperação Acelerada (CURA), programa federal, que objetivava consolidar as áreas ociosas pela urbanização e valorização dos investimentos realizados no bairro.

Dessa forma, o CURA almejava uma imagem racionalizada, moderna e organizada do tecido urbano do bairro, para tanto a requalificação do Catolé impõe uma postura de higienização, através da extinção de comunidades pobres localizadas no bairro e algumas de suas vilas, sendo as mesmas removidas para áreas distantes da cidade, acentuando consequentemente o processo de segregação socioespacial da urbe.

Podemos citar também como resultante da requalificação a construção de algumas vilas, a citar a Vila do Serviço Social do Comércio - SESC e a Vila Sandra Cavalcante:

Ah! primeira mudança que houve foi enlargar essa à rua Elpídio de Almeida que antes era Santa Margarida, era bem estreitinha, aí a Prefeitura indenizou e enlargou a rua. E houve assim as construções de (...) a Escola Polivalente que não existia também na época, a Vila Sandra Cavalcanti que foi a primeira vila a ser construída aqui em Campina, aí foi quando começou a crescer o bairro, quando o governo construiu o Sandra Cavalcanti (...) que entre o Sandra Cavalcanti e o Catolé existia muito mato ainda (...). (M.S, 66 a, moradora do bairro).

A partir dos anos 1990o Catolé tem assistido a um padrão de intervenção pública e privada marcadamente sob a ótica do mercado, da estética e da segregação, processo

percebido por uma crescente mudança do padrão habitacional, assim como de um perfil dos seus “novos moradores”.

O Catolé passa a ser redimensionado na malha urbana por intervenções que destacam a sua rápida e crescente transformação espacial, tais como: construção do Estádio Ernani Sátyro (1974), do Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo (1985), do hoje Shopping Luiza Motta (1991- inicialmente denominado de Centro de Compras Luiza Motta), (Figura 5), do Parque da Criança (1993) e do Shopping Center Iguatemi (1998 – atualmente Partage Shopping), (Figura 6).

Figura 5- Shopping Luiza Motta



Fonte: Trabalho de Campo.

Figura 6 - Shopping Iguatemi



Fonte: Trabalho de campo

Desse modo, o bairro ganha uma maior notoriedade, onde as casas também foram se adaptando ao novo padrão do bairro, e logo pessoas de alto poder aquisitivo foram ocupando essas redondezas. O bairro deixara suas características rurais e de parca infraestrutura alcançando o status de um bairro nobre de Campina Grande.

O Catolé alcançou importância econômica representada pela verticalização, valorização especulativa e investimentos públicos, resultante do processo de requalificação urbana do bairro. Porém, não podemos extinguir os elementos de permanência do bairro do Catolé, representados por suas estruturas inerentes a citar: o açude velho, a pedreira do catolé, as vilas, ainda que encobertas pelos enclaves, e as desigualdades sociais. São esses elementos de permanência que chamamos de Rugosidades, formas que destoam do processo de requalificação do bairro, constituintes da questão urbana. Nesse sentido, trabalharemos sobre dois dos elementos de continuidade do bairro: as vilas e as desigualdades sociais.

3.3 O perfil socioeconômico

Como base no que fora visto no item anterior, o Catolé é considerado um bairro nobre onde estão localizados os melhores atrativos para se morar, porém, mesmo com todas as vantagens trazidas pelo seu desenvolvimento, podemos observar, contrastes socioeconômicos, onde a segregação socioespacial está presente através da presença de moradias precárias sem

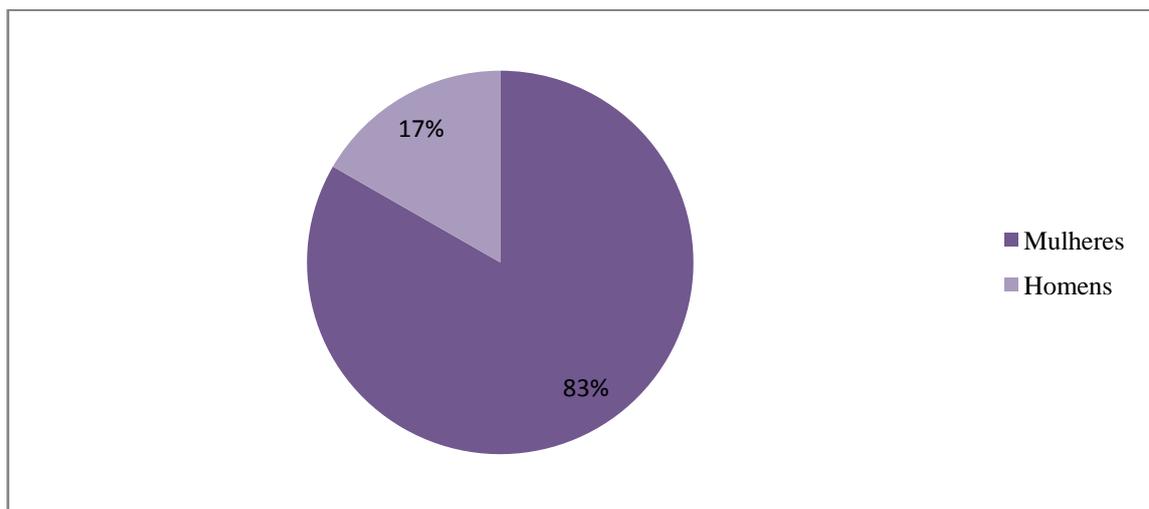
nenhuma infraestrutura adequada. De modo que riqueza e pobreza compartilham um mesmo espaço composto por usos, atributos e imagens distas e conflitantes entre si: de bairro nobre às rugosidades de vilas de quarto que insistem em também se colocar nesta mesma paisagem.

Dado o objetivo de analisar as rugosidades presentes no Catolé, consideramos necessário partimos de três eixos: traçar o perfil socioeconômico dos entrevistados, moradores de vilas de quartos do Catolé, a escolha pelo bairro e a leitura de suas características, e a percepção dos moradores frente ao processo de requalificação urbana do bairro.

Para compormos o perfil de nossos entrevistados selecionamos as categorias de faixa etária, sexo, profissão, renda familiar, condições de moradia e número de habitantes.

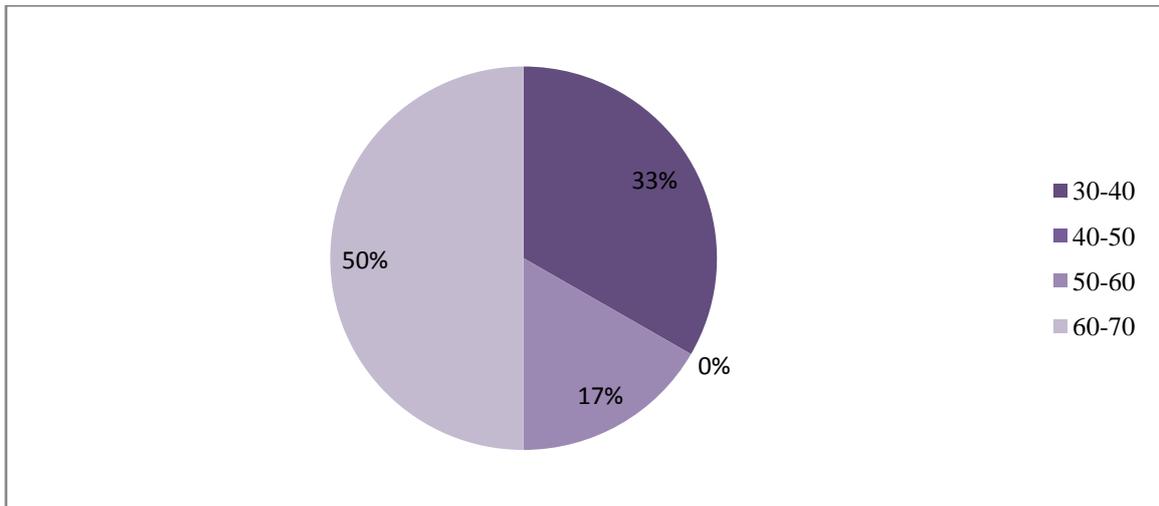
Na nossa pesquisa entrevistamos seis moradores de vilas do bairro. Os dados revelam que dos seis entrevistados cinco são do sexo feminino (83%) e um do masculino (17%) conforme o gráfico que apresentamos a seguir:

Gráfico 01- Sexo



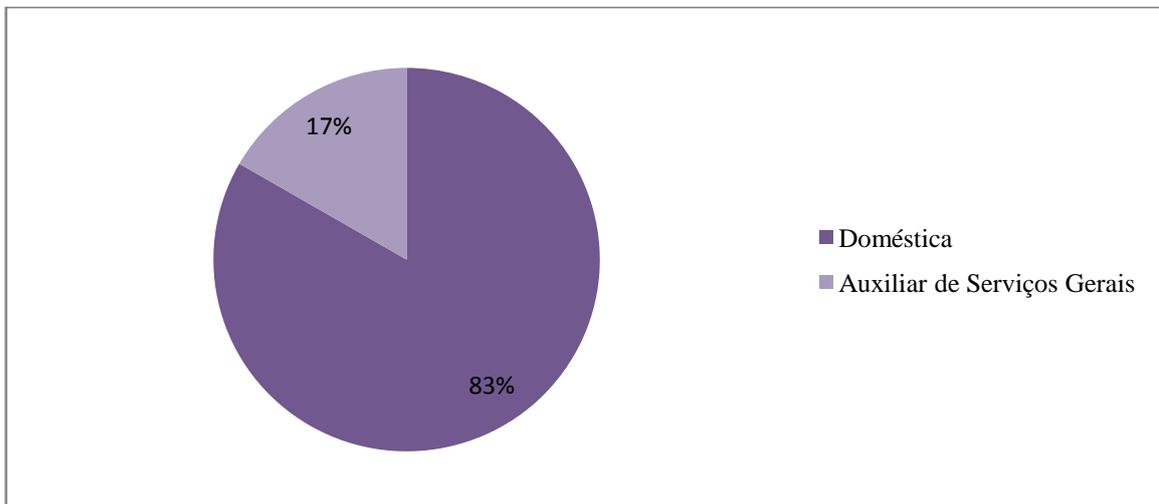
Fonte: Pesquisa de Campo.

Quanto à faixa etária, os dados indicam que os entrevistados têm idade entre 30 a 70 anos, conforme gráfico a seguir apresentado:

Gráfico 02- Faixa Etária

Fonte: Pesquisa de Campo.

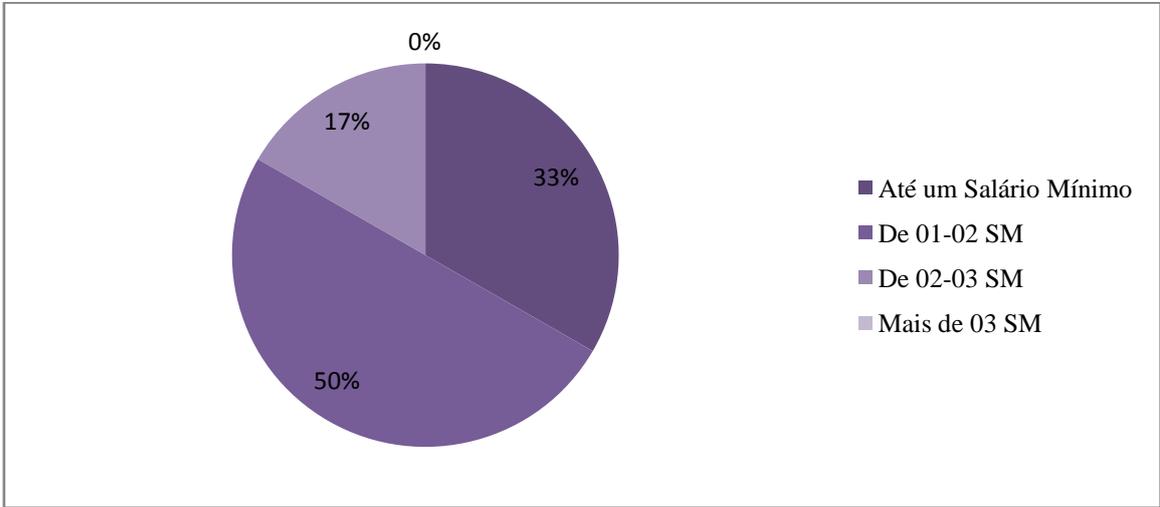
Em relação à variável profissão, podemos perceber que a maioria foi a de doméstica, tendo em vista que cinco dos entrevistados foram do sexo feminino e um do masculino, este declarou a sua profissão de serviços gerais.

Gráfico 03 – Profissão

Fonte: Pesquisa de Campo.

No que concerne à renda familiar, 2 (33%) vivem com até um salário mínimo, 3 (50%) vivem com a renda de um a dois salários mínimos e 1 (17%) vive com menos de um salário mínimo:

Gráfico 04- Renda Familiar

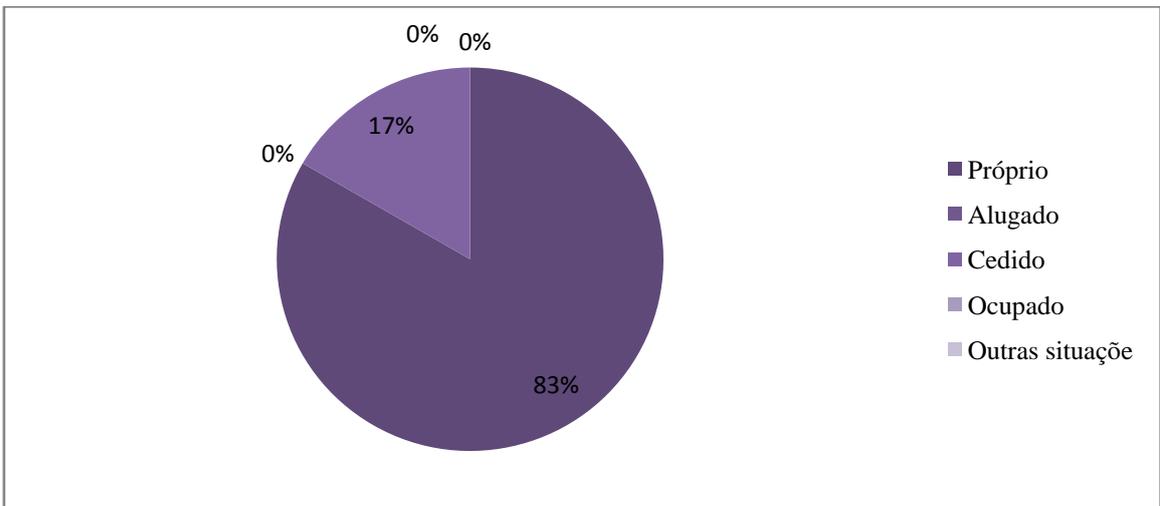


Fonte: Pesquisa de Campo.

A renda familiar dos entrevistados é composta por salário formal, aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada – BPC, e por programa de transferência direta de renda, o Programa Bolsa Família – PBF, e por ajuda de familiares.

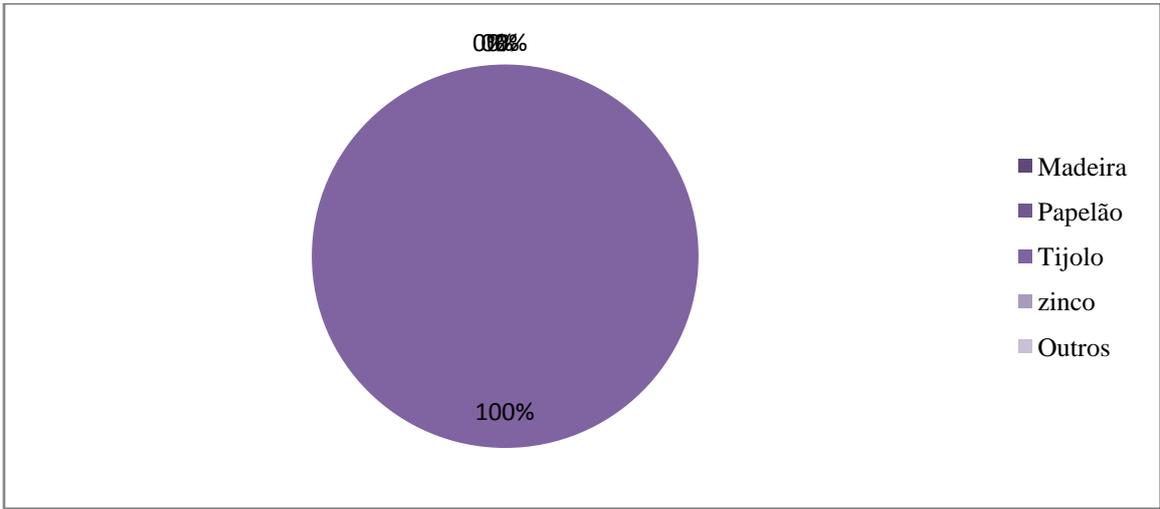
Quanto às questões referentes às condições de moradia, elencamos as seguintes categorias: Situação fundiária do imóvel, padrão construtivo do imóvel, número de cômodos e de pessoas por imóvel.

Gráfico 05- Situação Fundiária do imóvel



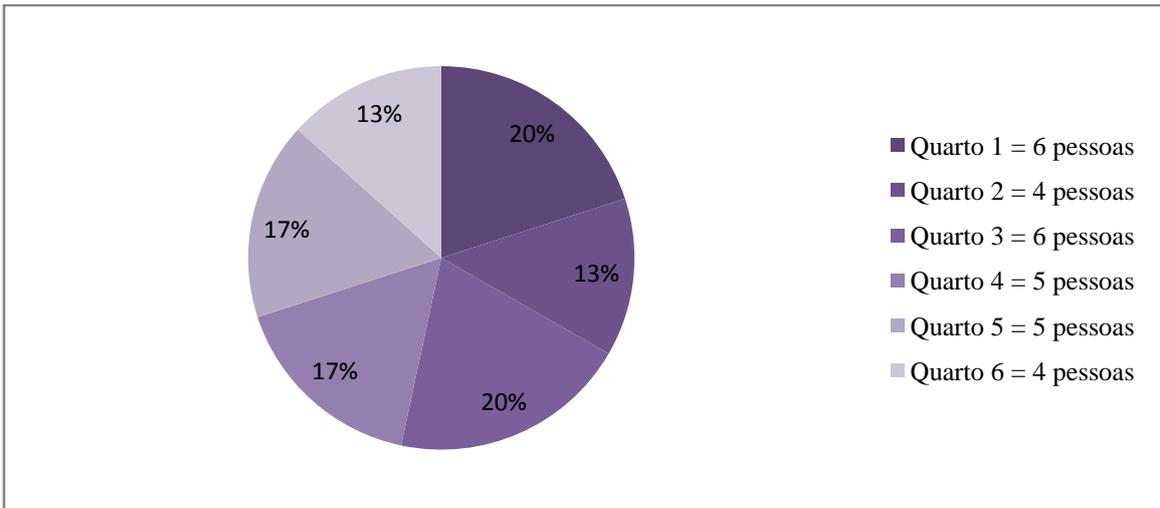
Fonte: Pesquisa de Campo.

Gráfico 06- Padrão construtivo do imóvel



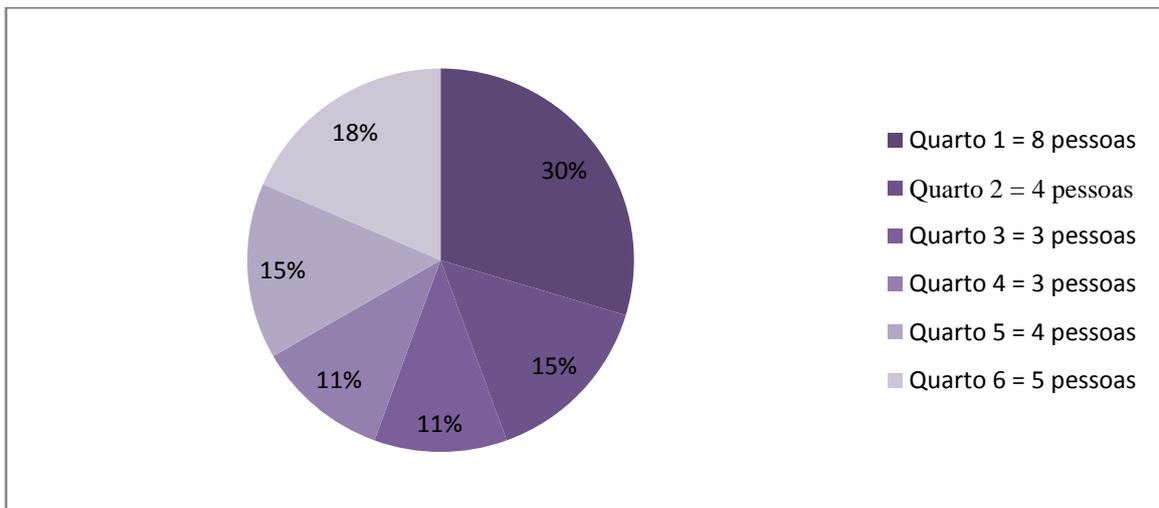
Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 07- Número de Cômodos por imóvel



Fonte: Pesquisa de Campo.

Gráfico 08 – Número de pessoas por imóvel



Fonte: Pesquisa de Campo.

A situação fundiária do imóvel é na sua maioria próprio sendo apenas um cedido. A composição construtiva das casas é regular, por abranger os cômodos necessários à sobrevivência, ainda que em tamanhos reduzidos e não propiciar a habitabilidade necessária, que:

(...) parte do pressuposto de que habitação seria entendida em seu sentido macro, conjugando-se ao direito à cidade, ou seja, de estar inserida na malha urbana, baseada em sua relação com a rede de infra-estrutura(sic) e a possibilidade de acesso aos equipamentos públicos. Este conceito diz respeito a questão do pertencimento ao território urbano e da inclusão dentro de um amplo contexto urbano. Por meio do desenvolvimento deste conceito, também poderia dar visibilidade ao pleno exercício de fruir, usufruir e construir um espaço com qualidade de saudável/habitável. (BONDUKI apud CASTRO, 2007, pp. 75-76).

Desta forma se insere numa relação interdependente com o direito ao espaço, o acesso aos serviços, com os equipamentos e com a infraestrutura, oferecidos no mesmo.

A habitabilidade envolve a qualidade de vida urbana, por meio de acesso aos equipamentos e infraestrutura socioespacial e ao pertencimento à cidade. Nesse sentido, a moradia é um dos aspectos da habitabilidade, a qual:

(...) diz respeito ao conjunto de aspectos que interfeririam na qualidade de vida na comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e socioculturais. Por meio desse conceito

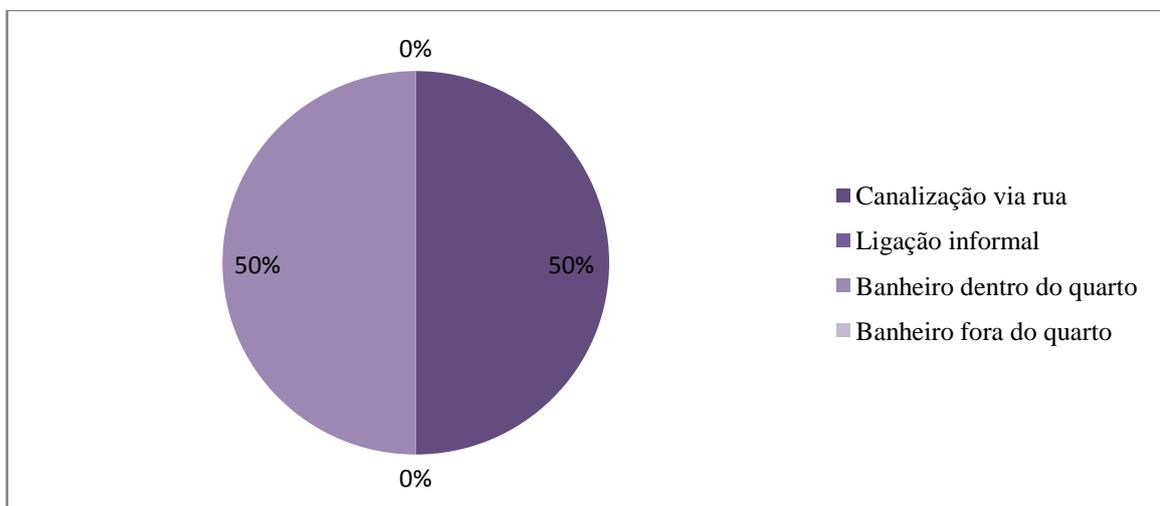
poder-se-ia visualizar a questões como a dos confrontos ambientais: luminoso térmico, acústico e tátil, segurança do usuário e salubridade domiciliar e de seu entorno, que seriam as mesmas questões envolvidas na fruição, usufruição e construção do espaço arquitetural. (COHEN apud CASTRO, 2007, p.78).

Portanto, a qualidade de moradia é necessária para obter-se qualidade de vida, tendo em vista que a unidade habitacional é o nosso lócus cotidiano. Desse modo, a proporção de número de cômodos e de pessoas nas residências é um ponto de avanço à situação da classe trabalhadora no início do século XVIII, visto que não havia separação de cômodos e o número de habitantes eram desproporcionais, gerando consequências negativas no âmbito biológico e psicológico:

Nas paróquias de St. John e St Margaret, em Westminster, segundo o *Journal of the Statistical Society*, em 1840, 5.366 famílias de operários viviam em 5.924 “habitações” (se é que a palavra pode ser usada): homens, mulheres e crianças, misturados sem qualquer preocupação com a idade ou sexo, num total de 26.830 indivíduos – e três quartos do total dessas famílias dispunham de um só cômodo. (ENGELS, 2010, p.72).

Podemos perceber que a situação da realidade desta classe trabalhadora nos remete às condições de moradia no início do capitalismo e se estende aos dias atuais, situação contraditória, porém inerente, visto que o capitalismo se desenvolve a passos largos enquanto a apropriação dos bens é desigual, contraditória.

Gráfico 09 – Condições sanitárias



Fonte: Pesquisa de Campo.

A situação do imóvel da maioria foi considerada regular, tendo em vista que o padrão construtivo é de alvenaria, que os banheiros são de uso individual e dentro de casa. As casas possuem canalização de água e ligação elétrica regular, há rede de saneamento básico, porém há muitas reclamações referentes à manutenção da rede, pois constantemente apresenta falhas, há um descaso com a população usuária por parte da companhia de água da cidade.

Aqui olhe tem um defeito, que passa quinze dias e começa aquele esgoto no meio do beco fedendo aquela (...), ai essa semana não sei se ajeitaram estava ai aquela, bem mundo de coisa, uma caixa estourada e só vive assim é o defeito desse beco é esse e está todo se *destiorando* assim, se arrancando os pedaços, virando buraco né?. Pra mim assim ajeitasse essa rede de esgoto por que às vezes o povo não quer ajeitar ai fica chamando a CAGEPA (Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba), a CAGEPA também não quer vir ai incomoda demais (...). (M. G.S, moradora, há 20 anos).

Porém, ainda segundo declarações dos moradores, as vilas do bairro foram beneficiadas através do processo de requalificação do bairro iniciado em 1970, com o CURA:

(...) depois que reformaram essas casas que era esgoto correndo a céu aberto, só lama, ai foi calçadinho botaram rede de esgoto tudo direitinho, ai mudou o nome, era a Coréia, toda coisa que havia era a Coréia, a Coréia, mas ai foi mudado pra Travessa Padre Nobre (...). Foi no de Enivaldo Ribeiro, no governo dele que ele fez Centro de Bairro de Catolé (...) da pedreira do Catolé que foi feita muitas casinhas do estilo dessa, viu? (...). (A.B.S, moradora, há 30 anos).

Desta forma, podemos perceber que as informações declaradas pelos moradores do Catolé por um lado, destoam da imagem disseminada pelo Estado, empreendedores privados e até mesmo pelo ideário popular, do bairro enquanto nobre, homogêneo, imune às inseguranças e mazelas que afligem a cidade e que por outro lado convergem com as características da cidade contemporânea, proposta pela estratégia global de urbanismo de:

(...) centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. (...), uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Este urbanismo programa uma quotidianidade geradora de satisfações (...). O consumo programado e cibernético (previsto pelos computadores) tornar-se-á regra e norma para a Sociedade inteira. Outros edificarão *centros decisoriais*, que concentrarão os meios de poder: informação, formação, organização, operação. (LEFEBVRE 2006, pp. 25-26, grifo do autor).

Nesse sentido, a cidade constitui-se em uma arena de conflitos das classes sociais, composta ao mesmo tempo pelo crescimento econômico e desigualdade e pela segregação social, elementos intensificados com o advento do capitalismo que tem como fundamento a apropriação desigual dos meios de produção da riqueza social, agudizando conseqüentemente as expressões da Questão Social, tratadas enquanto culpa do indivíduo, por não “querer” buscar meios de sair da situação em que se encontra. Como já vimos no primeiro capítulo, a forma que o Estado trata as expressões da Questão Social é favorável ao capitalismo, ao passo que não há uma análise e um enfrentamento mais profundo da mesma, ficam só no campo superficial, por meio de Políticas Públicas que, na sua maioria, considerando a realidade histórica do Brasil, são seletivas, focalizadas, que propagam a consolidação do capitalismo por atuar na reprodução social e conseqüentemente na sua produção, alimentando assim um ciclo vicioso, dando continuidade às desigualdades inerentes ao modo de produção vigente.

3. 4 Aleitura dos moradores: o catolé e seus atributos

O Catolé tornou-se bastante atrativo desde a década de 1990 para os empreendimentos imobiliários verticais de médio e alto nível. Essa atração é resultante de modificações ocorridas no bairro, tais como: a proximidade dos principais shoppings centers da cidade, a convivência entre “iguais”; a segurança; a centralidade; o status de morar em uma área nobre. Porém, anterior à década de 1990, o bairro não possuía uma aceitação no quesito morar, como fora visto por ser eminentemente rural e com parca infraestrutura.

(...) porque antigamente as fezes passavam nas ruas, não era nada calçado, mas graças a Deus hoje tá melhor 50%. (...) Ai graças a Deus melhorou 50%, antigamente o esgoto passava no meio da rua aberto assim e hoje em dia é uma coisa que você passa, é muito bom (...). (C.S.F, morador há 38 anos).

Conforme o fragmento acima, podemos perceber que, apesar das vilas do bairro oferecerem condições precárias de moradia, haviam diversos fatores para que escolhessem o bairro para morar, mesmo que em situação sub-humana. De acordo com as declarações dos moradores, o motivo de terem escolhido o bairro ocorreu por um processo de continuidade, tendo em vista que os seus pais já moravam no local. Porém, a permanência dos mesmos no bairro é justificada pela oferta de vantagens:

O que fez eu escolher mia fia (sic), porque eu morava de aluguel (...) então quando foi feito as casinhas (sic), removido os quartos que foi indenização ai reformaram essas casinhas ai eu como era inquilina do terreno eu poderia (...). Ai foi onde eu pude conseguir minha casinha aqui, graças a Deus né? (A.B.S, moradora há 30 anos).

A vantagem de morar aqui é porque praticamente aqui o bairro do Catolé é o centro da cidade né? É tudo é perto tem hospital perto, tem colégio, tem supermercado, é rodoviária. É tem muita coisa assim, tem muitas vantagens sobre isso né? Porque as coisas são tudo mais perto e tudo que você procurar tem aqui, tem o shopping dois shoppings né? O Boulevard e o Luiza Motta. (A.S.L, moradora há 42 anos).

Vantagens que tornaram-se numerosas a partir da requalificação urbana do bairro, pois através da mesmas eu espaço sóciofísico fora mudado adquirindo novas centralidades, visto que ele era eminentemente rural tronando-se atrativo pela sua localidade e pela infraestrutura empregada naquele local, a qual proporcionou ao bairro a instalação de grandes empreendimentos, tornando-se um centro atrativo para o comércio e residências luxuosas. Contudo, mesmo em meio às melhorias efetuadas no tecido urbano, o Catolé não foi contemplado na sua totalidade, aumentando assim o processo de segregação social no bairro, pois há uma vivência permanente entre pobres e ricos, e que na sua maioria as novas centralidades do bairro expulsam os antigos moradores que resistiram ao processo de higienização camuflada do mesmo.

Não podemos também deixar de observar que, mesmo em meio ao que pode ser considerado como elemento de melhorias no bairro, denota-se o crescimento nos últimos anos das expressões da *Questão Social* no bairro; dadas pelo (rápido) processo de segregação que vivenciam de forma bem mais direta seus antigos moradores:

É no bairro, quer dizer nos postos né? A gente tá doente ai vai pra um posto pra ver se socorre, ai quando vai lá o posto tá fechado, tá de greve, tá *num* sei o que lá, ai aquilo ali aborrece demais. Vai pros hospitais chega lá eles dizem: veio *encaminhamento* do posto? Veio não. Então pronto tem que vir de lá do posto pra cá. Ai o caba *morre a mingua* né? Vai buscar remédio chega lá, tá faltando vai chegar ainda não sei quando, pra comprar na farmácia só compra se tiver receita, se não tiver receita não vende (interrupção!) daí é muita coisa . (...). (S.M.C, moradora há 48 anos).

É perceptível a presença de problemas mais amplos que não são uma particularidade do bairro e da cidade, estão presentes a nível nacional, porém há uma representação maior nas

comunidades mais carentes, a exemplo da falha no sistema de saúde, em especial na Estratégia Saúde da Família - ESF, que compõe a Atenção Básica, caracterizada:

(...) por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. (Ministério da Saúde, 2014).

E não traz tanta efetividade, gerando a insatisfação e descrédito com a saúde pública e uma tendência de proximidade e defesa do privado. Esta necessária e incentivada pela conjuntura atual, marcada enfaticamente pela ideologia do neoliberalismo, que prima pelo descrédito no público e valoriza o privado como forma de dar respaldo a continuidade do modo de produção capitalista, como fora tratado anteriormente.

Enquanto problemas, foram trazidas ainda várias vertentes a citar: a falta de conscientização da comunidade, descaso com o espaço público, a alta expressividade das drogas e a insegurança.

Há uma ausência de conscientização da comunidade no que tange à manutenção e conservação harmoniosa do espaço físico e social do bairro:

Na travessa o que poderia ser feito (pensativa) a pessoa ter mais cuidado com os bichos, porque a pessoa que mora em beco também mora família e outra coisa as portas sujas que criam cães que criam bichos soltos ao Deus dará. (...) devia ter mais cuidado mais higiene né? (A.B.S, moradora há 30 anos).

Minha filha é os terrenos baldios que o povo bota lixo, ai isso incomoda muito as pessoas (sic). Como aqui mesmo, aqui mesmo na frente o povo bota (sic) muito lixo, a prefeitura vem e tira, na hora que termina de tirar o povo vem e coloca de novo (...). (A.M.S.B, moradora há 20 anos).

Porém, a ausência de manutenção do espaço público não se restringe apenas à comunidade, há um descaso do poder público pelas áreas mais carentes do bairro, a exemplo da ausência de manutenção e até mesmo da substituição da rede de esgoto das vilas, pontuada pelos entrevistados como principal problema vivenciado diretamente por eles:

É melhorar o assim melhorar a rede de esgoto as redes de esgoto, porque aqui há muito tempo que foram feita essa esse encanamento, existe muito entupimento nos esgotos, (...). Então o pessoal que mora nas Travessas tem muita dificuldade porque é sempre entope aqueles canos, colocaram há muitos anos, há uns trinta e poucos anos colocaram os canos e cada dia foi crescendo mais e a população crescendo e não suporta, os canos não estão suportando, esta é uma dificuldade seríssima também que existe aqui. (A.S.L, moradora há 42 anos).

Outro ponto trazido pelos moradores diz respeito à degradação da área de lazer (Figura – 7) mais próxima às vilas, composta no seu entorno pela famosa quadra do Catolé, pela lavanderia, pela Sociedade Amigos do Bairro – SAB e pela igreja Católica.

Figura 7 – Área de lazer



Fonte: Trabalho de campo

Os problemas pra mim são poucos, só ai embaixo nessa quadra que a gente desejava que fizesse uma pracinha e tudo, que botam um lixo ai tudo é um lixão, às vezes passa pra igreja, fede que só (...) (M.G.S, moradora há 30 anos).

(...) uma quadra não tem, é tudo acabado, acabaram e nunca construíram mais, é isso ai que não tem mais, ai entra vereador, entra prefeito e sai prefeito e até agora não tem resultado de nada. (C.S.F, morador há 32 anos).

Ou seja, não há incentivo ao lazer, ao esporte e a práticas educativas para as pessoas que moram nas vilas mais próximas aos locais supracitados, o que pode incentivar, somado a

outros determinantes, práticas ilegais da população, principalmente da parcela mais jovem, devido ao ócio e a falta de perspectiva de vida. Dentre essas práticas estão o consumo e o tráfico de drogas, elencados pelos moradores como problemas visíveis na comunidade.

(...) Fazem quatro anos, de quatro a cinco anos que a gente vem sofrendo aqui com essa família, eu já fiz de tudo pra ver se a gente contornava a situação né? Deles com a gente porque tanto eles se prejudicam como nos prejudicam também, nós vemos a hora acontecer um acidente com o pai a mãe e o filho que eles são usuários de drogas, e eu já fiz de tudo, já procurei a Defensoria Pública, já fui pra delegacia, pro Ministério Público, já liguei pra Brasília pra vê se tomava uma providência, mas até agora nada aconteceu(...). (A.S.L, moradora há 42 e dois anos).

(...) somente essa praça ai que fizesse em baixo ai, na quadra fizesse assim uma quadra pra os meninos jogar pra não tá se ocupando em cheirar cola, em fumar maconha e fazer outras besteiras (...). Ai fica um horror de menino e menina tudo ai vadi (sic) sem ter o que fazer (...).(M.G.S, moradora há 30 anos).

Segundo os relatos dos entrevistados, é preocupante a vulnerabilidade dos jovens ao consumo de drogas, elemento veemente na sociedade capitalista, por ser uma das expressões da questão urbana mais complexa tendo em vista que perpassa diversos âmbitos da vida social do indivíduo e da sociedade, considerando que as consequências dessa prática atingem tanto o usuário, quanto a sua família, rebata na saúde pública e na insegurança, elemento forte não só do bairro, mas do mundo:

Ah, eu, é o seguinte, não só o bairro do Catolé como a cidade completa, a cidade inteira, não só a cidade como o mundo inteiro né? É no caso é o Brasil inteiro porque em São Paulo, Brasília eu creio que a violência esta geral e o bairro do Catolé não fica atrás porque de tudo tem também né? E você sabe que hoje em dia com essa história de droga essas coisas ai o bairro é, todos os Bairros evoluíram muito (...) na violência né? (A.S.L, moradora há 42 anos).

É no momento é (...) ele está perigoso agora por quê? Porque ta tendo muita violência entendeu? É muito assalto o pessoal fica com medo, por quê? Porque está sendo um dos bairros perigosos o bairro do Catolé por quê? Porque a segurança pública só Jesus e mais ninguém. (C.S.F, morador há 38 anos).

Percebemos, portanto, que há um alto índice de violência nas cidades, e o bairro do Catolé não foge à regra tendo em vista que, assim como outras cidades, Campina Grande segue a lógica de cidade moderna trazendo consigo as consequências deste processo. Há visivelmente uma fragilidade nas Políticas Públicas, tanto a de segurança quanto, principalmente, a de assistência social, pois a violência é a expressão final de um problema maior, sendo necessário agir na sua gênese, através de mecanismos de prevenção e não só de repressão.

Enquanto mecanismos de prevenção temos o trabalho junto à comunidade por meio de serviços assistenciais de convivência e fortalecimento de vínculos realizados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS:

(...) unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias (...) principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social. (Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome, 2014).

E o trabalho das Sociedades Amigos de Bairro (SABs), entidades representativas da comunidade, que tem como fundamentos o controle social, enquanto controle da sociedade sobre o Estado. É por meio dele que a sociedade se envolve nas problemáticas que afetam a vida cotidiana, ao participarem e proporem soluções os indivíduos utilizam-se de ferramentas orientadas para a verdadeira democracia num processo de sair do campo de meros moradores e tornarem-se cidadãos.

As ações realizadas por esses dois órgãos supracitados são de suma importância por oferecer várias oportunidades de exercer a cidadania e de oferecer possibilidades de melhoria de vida, pois é através da participação popular ativa nas entidades representativas que o cidadão pode conjecturar sobre o seu lugar na cidade, ter vez e voz. Contudo, de acordo com os relatos dos moradores, podemos perceber que os órgãos de incentivo e promoção à cidadania, em especial a SAB, está fragilizada e não há o incentivo do poder público para a efetividade da cidadania:

(...) botasse ai na SAB uns cursos pra gente mesmo de crochê, de tricô, de muitas coisas, porque essa SAB ai só serve mesmo pra o pessoal fazer aniversario essas coisas, mas era pra ter pra ocupar essas crianças *tudim* em alguma coisa em alguma atividade né? Quando tem muitas meninas que se

criam ai, só Deu sabe, tudo era pra ter ai muitas coisas assim: costurar, fazer crochê, pintar, muitas coisas né? (M.G.S, moradora há 30 anos).

Tem essa SAB ai, mas infelizmente pegaram fizeram uma base da polícia que não era pra ter por quê? Porque a SAB era bem grande, a SAB era da comunidade, mas hoje é bem dizer um quarto a SAB, quase ninguém vai pra essa SAB (...) não tem mais utilização pra mim de nada, até pra fazer festinha pra uma criança é a maior dificuldade do mundo. (C.S.F, morador há 38 anos).

É necessário também que haja uma disponibilidade do cidadão em ser partícipe do processo de crescimento e mutações ocorridos em seu bairro, na sua cidade. Numa palavra:

Participação é o processo de conquista de poder e de liberdade que é lentamente construído e interiorizado na sociedade. Enfim, é o conjunto de ações que possibilita, gradativamente, a partilha do processo decisório, superando os conflitos de interesse, por meio da negociação. É, portanto, um fenômeno histórico estrutural. (BÓGUS & WESTPAL, 2007, p 64).

A participação dos cidadãos na tomada de decisões referentes à construção e modificações na cidade é uma forma de controle social, ação prevista na CRFB88, caracterizada pela parceria entre sociedade civil e a sociedade política, nesse sentido cabe ressaltar que a participação social não exclui a responsabilidade do poder público frente às soluções as demandas apresentadas pelos cidadãos.

Cabe trazer a conhecimento um ponto importante nos problemas analisados pelos moradores, comum em todo o País, considerando suas particularidades no tocante às Políticas Públicas, a precarização da educação:

(...) as escolas também né? As escolas são muito assim, tem muito aluno (...), as escolas um pouco pequenas, tem poucas salas de aula pra demanda desses alunos todos e professores, também deveria melhorar assim, aumentar mais o número de professores, porque são muitos alunos a escola pequena e poucos professores. (A.S.L, moradora há 42 anos).

Percebemos aqui novos aspectos que compõem as condições de habitabilidade, considerando o conceito outrora trabalhado, entendido como elementos de infraestrutura que abrangem requisitos mínimos que ampliem e melhorem a qualidade do espaço e da vida, a exemplo das condições de moradia, e dos serviços prestados na área.

3. 4.1 A percepção dos moradores frente ao processo de requalificação urbana do Catolé.

O processo de requalificação urbana do Catolé é fruto de um processo de embelezamento do bairro, resultante de ações conjuntas entre empreendedores e Estado, onde, mediante as intervenções destes, houve um grande crescimento econômico do bairro representado pelos novos padrões de imóveis e de moradores. O que outrora em sua maioria era composto por casebres, passa a ser o lócus de mansões e de *enclaves fortificados*.

Os enclaves, segundo Caldeira (2000, p.265), são caracterizados por articularem cinco elementos básicos: “segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços.”.

Em uma palavra:

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. *Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade de interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcada por suspeita e restrição.* (Grifo nosso!) Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos (...) sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Estes são vendidos por promessa de paraísos onde você pode ser verdadeiramente feliz, pois não terá problemas com a violência da cidade, considerando que irá morar num espaço seguro e socialmente homogêneo, onde irão viver entre “iguais” e cercados de vantagens locacionais, conforme demonstra o discurso de um construtor de um empreendimento no bairro:

(...) é um bairro muito bom, há 10 anos atrás já era muito bom perto do Shopping, perto do Parque da Criança, bem centralizado né. E só vem crescendo.(...) nós tínhamos a visão, a gente a 10 anos atrás a gente já via, se vocês passarem lá perto do Iguatemi vocês vão ver que está tudo arrodado de prédios, é, (...) o Lamir Mota Filho é um dos grandes construtores, tão fazendo um prédio lá, Evandro que era meu sócio da CONOL e é meu sobrinho, hoje está com a ALIANCE, aquele terreno ali em frente ao shopping do automóvel, aquele terreno grande vai ser lançada duas torres de 35 andares, então a gente sempre acreditando no Catolé e em Campina Grande. (...) eu tenho casa no Bairro nas Nações, eu tenho casa na cidade Juraci Palhano, mas moro lá, final de semana eu vou ao bairro nas nações, mas durante a semana eu fico ali, porque a gente dali vai a pé pra todo canto se desloca para todo canto. É muito bom (J.P, morador do bairro e construtor do Residence Iguatemihá 10 anos, grifo nosso!).

Como percebemos é através da defesa dos cinco elementos supracitados por Caldeira (2000) que o processo de segregação é acentuado. Pois há uma tendência a isolamento de pessoas da mesma classe econômica, afetando a morfologia da cidade, onde há um privilégio do poder público para com as áreas mais “nobres” e uma distância em relação às áreas mais pobres e vulneráveis, consideradas como espaço de insegurança, da ilegalidade. Segregação que não compõe só áreas macrossociais, mas também microssociais, considerando que os privilégios são estendidos a uma área pelo Estado não abrangem todos os moradores uniformemente.

No intuito de vender a sua mercadoria e conquistar os consumidores desse novo modo de viver, os empreendedores apostam na publicidade composta por um discurso deslumbrante e irresistível, porém, cabe ressaltar que o discurso não alcança somente os futuros moradores, mas também os moradores antigos que não tem a percepção do processo de requalificação do bairro.

Perguntamos aos entrevistados o que eles acham sobre o processo de verticalização do bairro, processo acentuado na década de 1990 resultante da requalificação do bairro.

(...) a gente anda por ali é a coisa mais linda do mundo prédio por todo canto, quer dizer por uma parte nem faz medo da pessoa andar né? Que tem esses prédios ai é mais uma salvação para as pessoas, tá aumentando demais o Catolé, quando eu vim morar aqui, essa vila (refere-se a Vila do IPASE) ai não era vila, era mato, só mato, construíram essa vila ai eu já morava aqui. (...) Fica mais seguro é, porque a gente anda por todo canto é tudo cheio de segurança né? Se acontecer alguma coisa eles socorrem as pessoas, e é bom. (S.M.C, moradora há 48 anos).

Podemos perceber que há uma absorção e valorização, pelos moradores de vilas, do discurso dos empreendedores privados, os quais enfatizam o quesito segurança nas campanhas publicitárias, segurança utópica considerando que esta se vale de meios os quais geram um isolamento físico e social cada vez marcante, ou seja, a segurança não é ofertada pelo bairro, mas pelos aparatos que podem ser utilizados em quaisquer áreas.

Contudo, cabe ressaltar que há exceções de percepções dos moradores, no quesito verticalização do bairro:

Minha filha é o seguinte, é bom pra quem tem, porque assim pra quem tem a renda baixa é ruim, porque o custo de vida vai ser mais caro (...). Antigamente as pessoas mais pobres podiam comprar uma casa aqui no Catolé hoje em dia não compra mais, tem que comprar fora do Catolé agora

porque aumentou o preço qualquer casinha é cinquenta mil, cento e vinte mil. (A.M.S.B, moradora há 20 anos).

Dessa forma, a fala da entrevistada nos traz a reflexão às rugosidades do bairro, visto que o processo de requalificação do Catolé não o alcançou totalmente, dando continuidade ainda que de forma escondida, às antigas formas de habitar, pois essas se encontram numa área sobreposta por empreendimentos que simbolizam a modernização do bairro. Permanecendo na área pela ligação simbólica com o bairro como também pela comodidade ofertada pelo mesmo por meio das vantagens locacionais.

Quando perguntados sobre a vantagem de morar no bairro, consideramos os discursos dos moradores contraditórios ao passo que eles prezam por vantagens das quais não usufruem em seu cotidiano:

É bom, porque o Catolé é um bairro nobre, é um bairro que era assim, era muito esquecido, hoje em dia não, hoje em dia todo mundo vem morar no Catolé por quê? Porque é tudo, tem *shopping*, (...) é tudo perto e eu acho assim muita tranquilidade (...) é tanto que tá vindo muito *prédio* pra o bairro crescer mais, muita gente vem de fora já aluga esses prédios já é muito ótimo, porque antigamente a gente só via casa, hoje em dia não, tem muito prédio valorizou bastante tá entendendo? (C.S.F, morador há 38 anos, grifo nosso!).

Ah é boa! Pra mim tudo tá bem né? Eu acho boa, o Catolé é quase o centro que desceu o Açude Velho tá no centro né? (...) porque dá mais valor ao bairro né? Fica mais valorizado né? Embora que a violência venha junto também crescendo né? Mas, é isso mesmo, a gente não pode fazer nada! (M.G.S, moradora há 30 anos).

Percebemos que nessa última fala há uma tentativa de comparação do bairro com o centro, como parte de um sentimento de pertencer a “algo melhor” mais bem quisto. Por isso aceitam a valorização do bairro, mesmo que a sua “parte” não seja valorizada. Mesmo percebendo que a valorização, o progresso, tragam consigo aspectos negativos, a exemplo da violência.

Desta forma, as imagens do Catolé têm uma intencionalidade, a partir da compreensão do lugar construído como *ethos* que realiza intenções e diferencia as tentativas de disciplinar e ordenar este espaço, ou ainda de excluir determinadas imagens do modo de se vivenciar a paisagem urbana. O processo de requalificação do Catolé deve ser compreendido em meio à crescente e acentuada segregação sociourbanística que tende a mascarar os problemas sociais

como a insegurança no bairro, o descaso do poder público com os moradores gerando consequentemente o crescimento da desigualdade social por não terem acesso de forma equitativa aos serviços e vantagens prestados pelo bairro chegando ao ponto de, em grande parte, expulsão destes por não terem como consumirem o uso deste espaço.

Nesse sentido, há a confirmação do que trouxemos em nossas análises realizadas na pesquisa de iniciação científica, a convergência e convivência de duas imagens opostas no bairro, pois, mesmo tendo se tornado um subcentro importante da cidade ao atrair importantes empreendimentos comerciais e residenciais, destacando-se assim como área propícia aos grandes investimentos, a estrutura do Catolé ainda dialoga e se conflita com outra realidade – o Catolé de antigamente.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A cidade de Campina Grande assim como o bairro do Catolé vivenciaram momentos de intervenção espacial por meio de projetos urbanísticos dos quais o mais importante foi o CURA, projeto que teve como principal objetivo consolidar áreas ociosas pela urbanização, pautado no cânone dos demais projetos de urbanização no País, os quais almejavam a modernização das cidades por meio de modificações espaciais. Contudo, o que podemos observar é que este projeto de urbanização ocasionou uma postura de higienização, devido à extinção da maioria da população pobre do bairro, tornando-se evidente uma combinação entre requalificação e segregação socioespacial.

O tecido urbano do Catolé foi marcado por inúmeras transformações que deram novas significações aquele espaço, dentre as quais podemos citar a construção do Estádio Ernani Sátiro – o Amigão (1974); Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo (1985); Shopping Luiza Motta(1991), Parque da Criança (1993) e do então Shopping Center Iguatemi (1998) – atual Shopping Partage. Elementos de suma importância para a ascensão do bairro que outrora era marcado pela imagem de espaço rural e precário. Dessa forma, o Catolé tornou-se valorizado e atrativo por ser considerada uma das áreas mais nobres da cidade devido ao embelezamento do bairro proporcionado pelos principais agentes de modificação do espaço: o Estado e os empreendedores privados, responsáveis pela propagação da cidade mercadoria, a qual exige novos critérios e apresentações competitivas para atender a demanda do mercado consumidor. Processo que segue a lógica do que fora tratado na capítulo I, em que o capitalismo norteado pelas propostas do urbanismo racionalista, subverte a função de uso da cidade, transformando-a em mera mercadoria.

Contudo, as ações impostas pelo capitalismo à cidade não extinguem totalmente os traços inerentes a mesma, ou seja, mesmo em meio a rupturas, são notórias algumas continuidades, denominada por Santos (2008) de Rugosidades, elementos do passado contidos no presente. As rugosidades nos possibilitam uma aproximação com o movimento dialético da sociedade, tendo em vista que elas são transportadores históricos.

Neste trabalho elencamos enquanto rugosidade uma forma espacial que caracteriza a questão urbana do bairro, as vilas de quartos, visto que estas são formas de habitar precária e também não oferecem à população daquele local, serviços essenciais para que se tenha habitabilidade, entendida como a mais completa acessibilidade a equipamentos e infraestrutura socioespacial.

No que se refere especificamente à realidade pesquisada, é possível identificar a partir do estudo ora apresentado, que o local não proporciona uma completa habitabilidade, visto que, baseado nas observações de campo e no relato dos próprios moradores, a qualidade da moradia é precária, pois mesmo que o padrão construtivo da casa seja de alvenaria e que os banheiros sejam individuais e internos, na sua maioria elas não atendem aos requisitos necessários para uma boa qualidade de vida que requer que a moradia seja um local que satisfaça as suas necessidades físicas, sociais e psicológicas e que sobretudo seja salubre tanto no seu ambiente interno quanto no seu entorno. Algo que é alvo de críticas de seus moradores por não oferecer alternativas de lazer, de convivência social, por conta da insegurança, e da precarização na educação, de cultura e de saúde.

Portanto, podemos perceber que o bairro é marcado pela questão urbana representada pela pobreza, segregação, violência, drogadição, etc., fenômeno que é uma dimensão da Questão Social, esta objeto de trabalho do Assistente Social, profissional responsável pela mediação de conflitos sociais e viabilização de direitos à população visando à ampliação da cidadania. Dessa forma, podemos inferir que é de suma importância o conhecimento e intervenção do Assistente Social nesse espaço laboral, visto que o urbano é o âmbito da reprodução da classe trabalhadora.

Mediante o exposto ao analisarmos as rugosidades existentes no bairro do Catolé frente seu processo de requalificação urbana, podemos constatar o processo dialético, em que o bairro partilha num mesmo espaço vivências contraditórias, visto que, mesmo com a ascensão econômica e espacial do Catolé, ainda são notórias formas inerentes a sua origem, as vilas de quartos, trabalhadas enquanto símbolo evidente da questão urbana do bairro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e historia. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma**: destruturação do Estado e a perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BÓGUS, Lucia Machado. Segregações urbanas. In: FORTUNA, Carlos. **Plural de cidade**: léxicos e culturas urbanas. Coimbra (Portugal): Edições Almedina, 2009. (pp. 116-123).

BÓGUS, Cláudia Maria; WESTPAL, Márcia Faria. Participação social e cidadania em movimentos por cidades saudáveis. In: FERNANDEZ, Juan Carlos Aneiros; MENDES, Rosilda (Org.) **Promoção da saúde e gestão local**. Disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/promocao-da-saude-e-gestao-local.pdf>>. Acessado em 23 de maio de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília – DF: Senado, 2012.

_____. **LEI Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, poder executivo, Brasília, DF, 11 de julho de 2001. Seção 1, p.1.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 34. ed. São Paulo: Edusp, 2000 (pp. 257-301).

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O meio ambiente sob a ótica das políticas de empreendedorismo urbano: a natureza como espetáculo e produto de consumo. **Revista PRAIAVERMELHA**, Rio de Janeiro, v. 19, nº 2, p. 89-110, Jul-Dez 2009.

CARNEIRO, Keli Mislene;SCHEFFER, Sandra Maria. O processo de urbanização e a questão habitacional. In: ENPESS, XIII,2012, Juiz de Fora- MG. **Anais... Juiz de Fora - MG; 2012.**

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa; FARIAS, Rayanne Rachel Gomes. O espaço público entre continuidades e rupturas: reflexões sobre o processo de requalificação do bairro do Catolé (Campina Grande- PB). In: Urbicentros, IV, 2013, João Pessoa - PB. **Anais... João Pessoa – PB; 2013.**

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Outras Fronteiras: Novas Espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2003 (pp. 260- 271).

LEITÃO, Gerônimo Almeida. Barra da Tijuca: do “mundo intocado, primevo” à “Miami Brasileira”. In:CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2003 (pp.112- 156).

CASTRO, Claudia Osório de. **Habitabilidade Urbana como referencial para a gestão de ocupação de ocupações irregulares.** Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana). Centro de Ciências Exatas e Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica.

Católé :um bairro em transformação. **Revista Mercado,** Campina Grande, v.2. nº 02, p. 58-66, Dezembro.2012(s.a).

CEFSS-CRESS. CEFSS Manifesta: 5ª Conferência Nacional das Cidades 2011. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/2013cfessmanifesta_5confcidades-SITE.pdf>
Acessado em 15 de maio de 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

D'AQUINO, Marina. Arte para Resistir. **Caros Amigos**. São Paulo, nº 58, p. 24-25, ano XVI, Set. 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Recife: Global editora, 2003(pp. 1-15).

GUERRA, Eliana Costa; GUIMARAES, Maria Clariça Ribeiro; SILVA Raquel Cardozo. A questão urbana e a produção acadêmica do serviço social brasileiro em foco. **Temporalis**, Brasília, nº 24, p. 191-214, ano 12, jul./dez. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações e Serviço Social no Brasil**. 29ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 77).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2011(p. 27).

LAGO, Luciana Correa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000(pp.21-44).

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAIA, Doralice Sátyro. Lotes e Ruas: Componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. In: SPÓSITO, Eliseu Savério. **Cidades Médias: produção do espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (pp. 155- 173).

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira(Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31ª ed. São Paulo: Vozes, 2012.

Ministério da Saúde. Portal da Saúde. 2014. Disponível em:<<http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php>. > Acesso em 19 de maio de 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em :<<http://www.mds.gov.br>.> Acesso em 19 de junho de 2014.

MOROSINI, Liseane. A população em segundo plano. **Radis**. Rio de Janeiro, nº 129, p. 8-17, Jun. 2013.

NASCIMENTO, Hélio O. et. al. **Campina Grande**: espacialidades, urbanidades e ruralidades em uma cidade média. Minas Gerais: Virtual books, 2011. (pp.31-42 ; 126 -139).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão- conquista”. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº. 53, p. 80 – 101. Ano XVIII. 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: Globalização e meio técnico - científico informacional. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Ricardo Antônio Santos da. **Espaços – tempos, rugosidades e territorialidades na cidade capitalista**:um estudo a partir da realidade do conjunto habitacional Jardim Caiçaras, Cidade Alta de Juiz de Fora- MG. 2011. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.23. n° 46, p. 61- 92, Dezembro. 2003.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008 (pp. 23-80).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPÓSITO, Eliseu Savério. **Cidades médias**: produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (pp. 175- 197).

VALLE, Leonardo Dalla. A cidade Parou. **Caros Amigos**. São Paulo, n° 58, p. 14-15, ano XVI, Set. 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP: Lincoln Institute, 2007(pp. 141 -155).

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

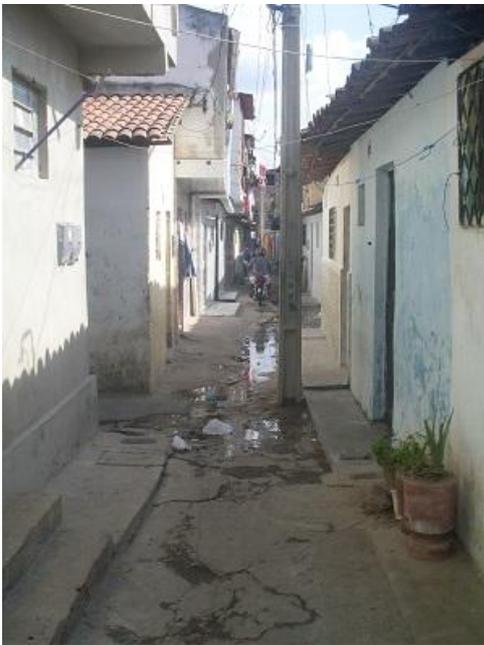
APÊNDICE A

Figura 1 – Vila Coréia



Fonte: Trabalho de campo

Figura 2 – Vila Ariús



Fonte: Trabalho de campo

Figura 3 – Vila Coremas



Fonte: Trabalho de campo

Figura 4 - Pedreira



Fonte: Trabalho de Campo

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS MORADORES

Faixa Etária:

- de 20
- 20-30
- 30-40
- 40-50
- 50-60
- 60-70
- + de 70

Profissão: _____

Renda familiar (Média):

- Até 01- SM
- 01-02 SM
- 02-03 SM
- + de 03 SM

Recebe algum benefício, tal como:

- BPC PBF Aposentadoria por tempo de trabalho
- Aposentadoria por invalidez Pensão por morte
- Outros. Qual? _____

Quantidade de pessoas no imóvel: _____

Situação fundiária do Imóvel:

- Próprio
- Alugado
- Cedido Ocupado
- Outras situações

Padrão construtivo do imóvel:

- Madeira
- Papelão
- Zinco
- Tijolo
- Outros

Condições de habitabilidade:

- Péssimo
- Ruim
- Bom
- Ótimo

Número de cômodos na casa: _____

Condições sanitárias:

- Canalização via rua
- Ligação informal

O banheiro é de uso coletivo ou de individual da família?

Se INDIVIDUAL, onde se localiza?

- Dentro
- Fora

1. Há quanto tempo o Sr^o(a) reside neste local?

2. Onde o(a) Sr^o(a) morava antes?

3. O que o fez escolher o Catolé?

4. Em sua opinião, quais as principais vantagens em morar num bairro como o Catolé?

5. Neste mesmo sentido, quais os principais problemas ainda enfrentados pelos moradores?

7. Em sua opinião, o que poderia ser feito no sentido de melhorar as condições de habitação, presentes no espaço o qual o(a) Senhor(a) reside?

6. Como o(a) Sr^o (a) percebe o crescimento de prédios no bairro?